

SESSÕES DO PLENÁRIO

9ª Sessão Ordinária da Convocação Extraordinária da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 21 de janeiro de 2009.

PRESIDENTE: DEP. ÁLVARO GOMES *AD HOC*

1º SECRETÁRIO: DEP. ISAAC CUNHA *AD HOC*

2º SECRETÁRIO: DEP. FERREIRA OTOMAR *AD HOC*

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônia Pedrosa, Arthur Maia, Bira Corôa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Edson Pimenta, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fábio Santana, Fátima Nunes, Fernando Torres, Ferreira Ottomar, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, Javier Alfaya, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joélcio Martins, José Nunes, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Misael Neto, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Alcântara, Prof. Valdeci, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Sandro Régis, Sérgio Passos, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica e Zé Neto. (60)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- A secretaria da Mesa informa a presença de 32 Srs. Deputados até o presente momento, portanto, número legal para a abertura da sessão.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. 1º Secretário proceder à leitura do expediente.

(O Sr. 1º Secretário *ad hoc*, deputado Isaac Cunha, procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Dep. Euclides Fernandes, comunicando sua ausência na sessão do dia

08/01/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Quero registrar a presença dos trabalhadores da saúde, aqui na expectativa da votação do projeto logo mais a partir das 18 horas.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Pequeno Expediente.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com palavra o deputado Júnior Magalhães, pelo tempo de 5 minutos, em permuta com o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. JÚNIOR MAGALHÃES:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, Sr^{as} e Srs das Galerias desta Casa, há pouco tivemos a notícia de que foi realizada a licitação para a concessão da rodovia, Br 324 e da BR 116 no Estado da Bahia.

Estamos atentos a essa questão que interfere diretamente na vida de todos os baianos. Todos nós trafegamos por essas duas estradas e queremos uma estrada mais segura, com mais condições de tráfego, porque quem passa pela BR 324 quase que diariamente como eu, nesse trecho de Salvador/Feira de Santana, vimos vários acidentes. Ontem uma carreta tombou perto de Candeias e uma van capotou.

Mas, deputado Álvaro Gomes, também ficaremos vigilantes acerca do valor que será cobrado nesse pedágio e muitos que no passado quando foi implantado o pedágio na Estrada do Coco, na Linha Verde, fizeram discursos contrários. Hoje é o Partido dos Trabalhadores, o PT, o presidente Lula que concede o pedágio na BR 324.

Queremos segurança na rodovia mas também acompanharemos o valor cobrado Não se pode colocar pedágios com valores exorbitantes aos quais nós baianos, a grande maioria não tem condição de pagar.

E assim, Sr. Presidente, temos também acompanhado e volto novamente a esta tribuna para tratar do transporte alternativo. Sei que temos presentes aqui os funcionários da saúde, aos quais agradecemos a presença e convidamos para que venham mais a esta Casa, que acompanhem mais as sessões e vejam o papel de cada deputado, porque aqui, verdadeiramente é a caixa de ressonância da sociedade baiana, sem partidarismo, sem ideologia, e o que estamos cobrando do governo do Estado é que cumpra com os servidores tudo aquilo que foi prometido na campanha eleitoral, porque colocava-se até contracheque dos senhores para fazer campanha eleitoral. Queremos cobrar, deputado Heraldito, que se cumpram as promessas.

E da parte da Bancada da Oposição nós não iremos nos opor de forma alguma. Votamos na semana passada o projeto da Lei Orgânica da Polícia Civil, um grande avanço para o Estado. Hoje fazemos uma oposição responsável, não é contra o pior ou o melhor, não, como era no passado. É uma oposição ao governo, mas não oposição aos baianos. Aquilo que é bom para a Bahia nós temos votado. Esses

projetos da convocação extraordinária quase todos foram votados nesta Casa à unanimidade. Ontem foi o projeto da Defensoria Pública, vários projetos, várias emendas apresentadas, inclusive minhas, ao projeto da Defensoria Pública. Algumas foram acatadas, outras não. E é assim o embate democrático e é assim que nós queremos, com certeza, cumprir o nosso papel perante a Bahia.

Mas, Sr. Presidente, quero falar de um assunto que venho falando há mais ou menos 30 dias, ontem falei e o repito hoje, que é sobre o transporte alternativo, cujo projeto é o de nº 17.710, deputado Waldenor. Ontem realizamos aqui neste Plenário, talvez nesses 6 anos em que estou aqui, talvez a maior sessão que já presenciei, com o maior número de pessoas no Plenário e nas Galerias, tivemos aqui os motoristas de Vans e Topics do Estado da Bahia.

E o projeto nº 17.710 que está na pauta da convocação, já tivemos duas reuniões, ontem foi a última, com representantes da Agerba, com a Abentro, com cooperativados de várias cidades da Bahia. São 7.500 veículos que realizam esse serviço no Estado. E queremos, deputado Álvaro Gomes, agradecer a presença de V. Ex^a, que também apoia esta causa, e estamos discutindo ponto a ponto e conseguimos ampliar a discussão, e eu acredito que, na próxima semana, possamos apreciar o projeto nº 17.710 que trata do sistema de transporte intermunicipal de passageiros do Estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, falei ontem da tribuna desta Casa acerca da anulação de empenhos que, segundo um superintendente da Secretaria da Fazenda, atingiu 220 milhões, para outras pessoas, 200, e há quem fale em 250 milhões. Há várias hipóteses sobre essa grave denúncia. Há uma hipótese, que eu não considero, que isso seja perseguição política ao PMDB, haja vista que os maiores cortes foram na Secretaria da Infra-Estrutura. Mas, deputado Heraldo Rocha, nós hoje estudamos o assunto, eu fui ao seu gabinete e debatemos o assunto e a hipótese que eu trago aqui é que o governo está fazendo isso porque não está cumprindo as metas fiscais fixadas. É um governo que tem uma gestão irresponsável dos recursos públicos.

Na lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008 foi fixada a meta fiscal do resultado primário em 1 bilhão e 300 milhões. Na lei orçamentária o governo reduziu essa meta, baixou para 800 milhões. E a minha tese, a nossa hipótese, minha e do deputado Heraldo Rocha é que eles não cumpriram a meta fiscal, a meta estabelecida na Lei de Responsabilidade Fiscal e agora estão procurando maquiar a situação para atender a um dispositivo legal.

A realização da receita não comporta as despesas primárias que o governo da Bahia assumiu. E dessa irresponsabilidade na gestão dos recursos públicos, podemos citar aqui um exemplo: temos aprovado nesta convocação extraordinária diversas leis,

justas leis que beneficiam o funcionalismo.

Mas eu pergunto e até hoje ninguém me respondeu: em quanto importa em despesa para o Estado essas leis que aprovamos na Assembleia? Ninguém sabe, deputado Heraldo Rocha.

Tudo bem que uma dona de casa, que um chefe de família seja irresponsável na administração dos seus recursos. Mas, um governador do Estado, um secretário da fazenda, porque essa atitude da Secretaria da Fazenda só se justifica nos casos em que a receita primária não comportou as despesas primárias.

Sei, deputado, que é um assunto árido, sei que é um assunto muito técnico, mas é fundamental para um gestor público, especialmente num momento de crise internacional que nós vivemos. E o governador da Bahia seguindo o seu grande líder, parece que está em festa, parece que não há crise, que não há limite para a despesa e agora, ainda não acabou o governo, mas os reflexos da irresponsabilidade na gestão do recurso público, começa a aparecer.

As receitas primárias são todas as receitas orçamentárias, menos operações de crédito, aplicações financeiras e receitas de privatizações.

E o que são as despesas primárias? São aquelas despesas orçamentárias menos despesas com juros, menos despesas com amortização da dívida, menos aquisição de títulos de capital integralizado. E isso, a receita primária menos a despesa primária, vai dar o resultado primário que indica se os níveis dos gastos orçamentários são compatíveis com a sua arrecadação.

O que mostra que na Bahia, por causa desse corte de 250 milhões em bens, mostra que na Bahia não são compatíveis. Que o governador não gosta de trabalhar e não sabe fazer conta.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a palavra o nobre deputado Ferreira Ottomar.

Pediria à Bancada de Oposição que indicasse um membro para compor a Mesa, para manter a proporcionalidade, pois estamos com três deputados da Bancada Governista, no momento o nobre deputado Ferreira Ottomar vai usar a tribuna.. O deputado Heraldo Rocha vem substitui-lo, mantendo a proporcionalidade.

O Sr. FERREIRA OTTOMAR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, aliás hoje não tem nenhuma deputada no Plenário, no momento. Sr. Presidente, venho a esta tribuna que uso muito pouco, sou um deputado que usa a tribuna muito pouco, porque vir à tribuna para usar da palavra, para trazer assuntos levianos, jamais viria aqui.

Após a eleição de Camaçari eu vim aqui a esta tribuna e disse que na eleição de Camaçari houve muita fraude. O prefeito Luiz Caetano gastou muitos milhões de reais na política. Gostaria que o nobre deputado Bira Coroa estivesse aqui, porque após o meu pronunciamento ele subiu à tribuna e disse que eu tinha feito um achado pra cima, e eu gostaria que ele estivesse aqui para mostrar alguns documentos que provam o tamanho da fraude em Camaçari.

Quero parabenizar a Justiça Eleitoral que já pediu que a Polícia Federal fosse a Camaçari, inclusive pediu ao presidente do meu partido, Carlos Cordeiro, que nomeasse uma pessoa que tivesse conhecimento em áudio - eu tenho um CD que tem as fotografias, a filmagem das fraudes.

Gostaria aqui de citar algumas fraudes que estão hoje *sub judice*: 1º – boca de urna – o juiz prendeu seis pessoas, abriu um BO provando a boca de urna; distribuição de cesta básica – o carro a prefeitura um dia antes da eleição distribuindo mais de 2 mil cestas básicas; 15 mil pessoas, deputado Heraldo Rocha, justificaram os seus títulos no cartório eleitoral, o qual, estando com a certidão só votaram e justificaram 12.500, 3550 pessoas votaram no lugar de alguém, isso nós temos um documento do cartório eleitoral. Então, 3.550 pessoas votaram no lugar de alguém. Tem gente que está no Mato Grosso e alguém votou em Camaçari, justificou no Mato Grosso e alguém votou por essa pessoa em Camaçari; 10 empresas, o mais grave aqui, que prestam serviço para a prefeitura doaram dinheiro para a campanha – 100 mil, 150 mil, e mais grave ainda é uma empresa que com menos de 8 meses que foi aberta, optou pelo Simples, onde o faturamento máximo dela deve ser de 2 milhões e 600 mil por ano, em menos de 8 meses doou 90 mil reais para o prefeito.

Aqui tem um secretário chamado Carlos Silveira, autorizado pelo prefeito a negociar com lideranças, comprar lideranças pagando R\$ 25 a 30 mil, aqui estão os documentos, a fala do secretário negociando a compra de votos, a compra de lideranças por R\$ 25 mil. Aqui está a transcrição do CD para quem quiser ouvir.

Gostaria que a imprensa, que está me ouvindo neste momento, fizesse um esforço e expusesse isso nos jornais, onde no CD escutamos claramente, 25 minutos de conversa, o secretário negociando, com autorização do prefeito Luiz Caetano, para comprar a liderança por R\$ 25 mil.

Então, quero parabenizar a Justiça Eleitoral que tomou as devidas providências e a Polícia Federal já foi requisitada para fazer a perícia nos autos do CD e das fotografias que foi filmado, tudo foi documentado.

Era isso que eu queria, neste momento, deixar bem claro para a Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao nobre deputado Waldenor Pereira.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, servidores públicos do Estado da Bahia, da Saúde e outras Secretarias interessadas nos projetos que serão apreciados e votados na tarde de hoje.

Quero tranquilizar o deputado João Carlos Bacelar a respeito da informação prestada há pouco, com certo alarde, sobre a anulação de empenhos. Dizer tratar-se de um procedimento contábil normal, regular e necessário, tendo em vista a mudança de ano, de exercício fiscal e financeiro.

Nós encerramos o ano de 2008, estamos iniciando um novo ano de 2009, e o governo da Bahia, assim como outros governos e os governos anteriores também

assim procediam, decidiu pela anulação de empenhos sem nenhum prejuízo para o pagamento dos serviços ou obras que foram contratadas. Há apenas uma alteração no procedimento contábil: ao invés de contabilizar esses empenhos, esses recursos em restos a pagar, o empenho é anulado e novamente empenhado em 2009, em despesa de exercícios anteriores.

Portanto, vou desculpar o deputado João Carlos Bacelar, que tem formação na área de Direito, de Ciências Jurídicas, e que, naturalmente, não tem a obrigação de conhecer esse procedimento contábil, um procedimento perfeitamente normal, regular, que não altera o volume de despesas realizadas pelo governo, que não altera o volume de investimentos, não deixa de pagar a nenhum dos fornecedores, mas apenas muda a configuração da operação contábil, deixando de ser restos a pagar para se tornar uma despesa de exercício anterior, já que contraída, firmada no contrato no ano de 2008.

Mas é importante também destacar, já que o assunto foi levantado, que o governo da Bahia está renegociando a sua dívida pública. Nós temos, hoje, uma dívida pública de aproximadamente 10, 11 bilhões de reais, uma dívida relativamente compatível com a capacidade de pagamento do Estado, mas só que esta dívida, um grande volume dela, foi contraída pelos governos anteriores para o pagamento de curto prazo, pagamento de curto prazo que acaba exigindo do governo um grande desembolso anual, dificultando, reduzindo a capacidade de investimento. Por exemplo, neste ano de 2009, se nós não renegociarmos a dívida pública do Estado da Bahia, vamos ter que pagar 2 bilhões e 100 milhões de reais entre juros e amortização da dívida.

Portanto, o alongamento do perfil da dívida, ou seja, renegociar para pagar num período mais longo de forma mais parcelada, vai permitir ao nosso governo disponibilizar mais recursos para investimento.

Quero concordar com o deputado, trata-se de uma adequação aos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, para dar ao governo a tranquilidade de realizar operações de créditos, de renegociar a dívida pública com o próprio Banco Central do Brasil e, naturalmente, permitir ao nosso governo flexibilidade dos pontos de vista fiscal, orçamentário e financeiro.

Portanto, queria dar essa explicação ao nobre colega João Carlos Bacelar, de que a anulação dos empenhos tratou-se de um procedimento contábil regular, perfeitamente normal na administração pública, que anulou os empenhos que estavam em restos a pagar para reempenhá-los como despesas do exercício anterior, para permitir ao nosso governo a devida adequação de suas contas, tanto do ponto de vista fiscal quando do ponto de vista orçamentário.

São essas as informações, Sr. Presidente, que, na condição de Líder do governo, passo a esta Casa para o devido esclarecimento quanto ao estarecimento do deputado João Bacelar, que se mostrou surpreso com a anulação de mais de R\$ 200 milhões em despesas nas contas do governo da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a palavra o nobre deputado Sandro Régis.

Queria só informar que a Presidência desta sessão autoriza a colocação dos cartazes por parte dos servidores da saúde. A expressão é livre aqui. Do ponto de vista do Plenário, não há qualquer problema com a colocação dos cartazes.

Então, comunico à segurança a permissão para que os servidores da saúde que queiram coloquem os cartazes, não há problema. Evidentemente que o que o Regimento Interno não permite é a sessão ser interrompida, que haja problemas no andamento da sessão. Mas a colocação dos cartazes não impedirá o andamento normal desta sessão.

Portanto, todos os trabalhadores podem expressar suas opiniões aqui, nas Galerias Paulo Jackson.

Com a palavra o nobre deputado Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupantes da Galeria Paulo Jackson, amigos da *TV Assembléia*, subo hoje a esta tribuna para dizer que, após 2 anos de governo Jaques Wagner, deputado Paulo Azi, parece que o governador começou a enxergar, desceu do palanque e começou a encarar os problemas de frente.

O governador, ontem, anunciou que a crise chegou à Bahia. Grande descoberta! A sensibilidade do governo começa a funcionar depois que a crise assola o mundo! Depois de mais de 15 mil desempregos, Jaques Wagner descobre, deputado Paulo Azi, que a crise chegou à Bahia! Isso é um bom sintoma para os baianos. Podemos perceber que o governo sinaliza para a realidade, que acabou o governo faz-de-conta, o governo está tudo bem: tudo bem na segurança pública, tudo bem na saúde, tudo bem na geração de emprego!

Parece que o governo observa que não consegue mais sustentar suas mentiras e suas propagandas enganosas e começa, deputado Rogério Andrade, a falar a verdade para o povo baiano. Apesar de tarde, tudo bem. Enquanto o mundo discute a crise, Jaques Wagner descobre que ela chegou à Bahia. Mas é um bom sinal. É sinal de que o governo começa a enxergar as dificuldades que o nosso Estado irá enfrentar daqui para a frente. Já foram 15 mil os demitidos em dezembro.

E, aqui, quero lançar um desafio à Base do governo. Qual emprego e qual grande investimento o governo Jaques Wagner trouxe para a Bahia? Qual foi, deputado Paulo Azi? Cite um emprego criado por este governo, cite um grande investimento criado por este governo. Ao contrário, a única indústria que ele trouxe, disse numa reportagem, foi a indústria do mal, da violência: disse que chegava à Bahia a indústria do mal.

O que falta à Bahia é planejamento, o que falta à Bahia é capacidade administrativa. O que falta à Bahia é se organizar. Mas as coisas começam a sinalizar positivamente, o governo começa a enxergar que a crise chegou em nosso Estado. Também pudera, foram 15 mil desempregados em dezembro! Não era possível, deputado Isaac Cunha - deputado competente, orgulho do povo de Jequié -, que o governador e o governo não olhassem para os baianos e dissessem: a crise também

chegou na Bahia.

Queremos saber agora quais são as medidas que o governo irá tomar efetivamente para amenizar o impacto da crise em nosso Estado. A peça orçamentária não está preparada para a crise, não foi feita nenhuma mudança, nenhuma alteração específica para combater a crise. Mas há um bom sinal, o governo começa a enxergar, o governo começa a falar a verdade...

(Soa o alarme eletrônico.)

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Para concluir, Sr. Presidente.

(...) para a Bahia, para os baianos. Até que enfim o governo diz que a Bahia está em crise. E vamos rezar para que eles comecem a dizer também que a Saúde e a Segurança do nosso Estado ainda têm muito o que melhorar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE(Marcelo Nilo):- Convido o deputado professor Valdeci para sentar-se no lugar do deputado Ferreira Ottomar porque ele precisa se ausentar.

Com a palavra o deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Queria, inicialmente, saudar os profissionais trabalhadores em Saúde que se encontram nas Galerias Paulo Jackson (Palmas) participando do processo de discussão, de debate do projeto da Saúde. É muito importante a presença dos trabalhadores aqui.

Vivemos na Assembléia Legislativa da Bahia um momento muito rico, um momento de debate, de discussão, de polêmica com a participação das entidades. Isso é muito positivo porque temos a possibilidade de participar desse processo construído para avançar nas conquistas sociais.

O governador Jaques Wagner, quando da campanha eleitoral, assumiu o compromisso objetivo, concreto de buscar valorizar o funcionalismo público, assumiu outro, objetivo, concreto de que nenhum servidor público iria ganhar no seu salário base menos que o salário mínimo.

Eu não ouvi, e aí desafio os deputados da Oposição a mostrarem qual foi o discurso do governador Jaques Wagner que estabeleceu o percentual X de reajuste para o funcionalismo. Nesse discurso, essa promessa não existiu. A promessa do governador Jaques Wagner foi de valorização do funcionalismo público, acabar com a vergonha do funcionário público ganhar salário base abaixo do salário mínimo. E o governador está cumprindo esses dois compromissos básicos. Hoje, não existe um funcionário público sequer, na Bahia, que ganhe um salário base abaixo do salário mínimo.

E o governador vem envidando esforços para a valorização do funcionalismo na medida em que se discute aqui, pela primeira vez, plano de carreira do funcionalismo, projetos de fortalecimento de instituições como a Defensoria Pública, a Procuradoria entre outros. Portanto, este é o esforço. Evidentemente, os projetos podem conter equívocos, falhas e podem necessitar de ajustes. E esses ajustes, no geral, estão sendo feitos. Ontem mesmo, na hora de relatar o projeto da Defensoria

fizemos alguns ajustes, ou seja, na hora, no momento.

Evidentemente, os projetos, de uma maneira geral, não atendem à necessidade plena dos servidores. Mas é preciso ir dando passos até alcançar aquilo que é o desejo de todos nós como, por exemplo, a valorização do funcionalismo, daqueles que constroem o Estado da Bahia, a valorização dos servidores públicos, daqueles que constroem o serviço público no Estado da Bahia. Isso é fundamental. E a presença dos trabalhadores aqui é importante e fundamental para que a gente consiga avançar ainda mais. Portanto, eu quero parabenizar todos os presentes que estão acompanhando este processo de votação dos projetos.

Queria, também, fazer aqui uma saudação especial aos farmacêuticos. Ontem foi o dia do farmacêutico, e eu também sou farmacêutico. Queria fazer uma saudação especial aos farmacêuticos através do Conselho Regional de Farmácia, do Sindicato dos Farmacêuticos e da deputada Alice Portugal, que é uma batalhadora da área de saúde na busca da valorização da profissão.

Digo que esta é uma luta de todo nós. Não poderia existir uma homenagem maior do governo Jaques Wagner do que a aprovação aqui, ontem, da recriação da Bahiafarma que atende não apenas aos farmacêuticos, é um projeto fundamental para a saúde no Estado da Bahia. Esta é uma valorização dos funcionários, uma valorização da população. Esta é a busca da resolução de muitos problemas da saúde porque o medicamento é fundamental. A criação, ou melhor, recria-se a Bahiafarma, laboratório extinto em 1999. A sua recriação é o compromisso do governo em benefício daqueles que mais necessitam como os pobres, os excluídos e aqueles que utilizam o serviço público.

E a recriação da Bahiafarma significa o contraponto aos grandes laboratórios farmacêuticos mercenários que não visam à saúde da população, mas, sim, aos altos lucros para os seus donos, os seus diretores e para aqueles que controlam esses laboratórios.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Portanto, a aprovação ontem, aqui, da recriação da Bahiafarma no Dia do Farmacêutico antes de ser uma homenagem aos farmacêuticos, é uma homenagem também a todo o povo da Bahia.

Portanto, vamos à luta e até à vitória.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Grande Expediente.

Com a palavra o nobre Líder do PTN, deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, especialistas de todos os segmentos dizem que o instrumento fundamental para o desenvolvimento de qualquer país ou qualquer região é a educação. Lamentavelmente, esta política pública não é levada a sério neste País e muito menos no Estado da Bahia.

Todo político, durante a campanha eleitoral, principalmente os concorrentes a cargo do Executivo, dizem que a prioridade, em seu governo, será a educação. A primeira coisa que faz ao chegar ao governo é esquecer o seu compromisso e sua promessa de campanha. Este é um problema grave no Estado da Bahia. E, justiça seja feita, este não é um problema de agora. Este é um problema que já vem de alguns anos, mas se aprofunda no atual governo, ou seja, no governo Wagner.

O problema maior do governo Wagner é a falta de qualidade da educação pública, ou melhor, a falta de qualidade no ensino público vem se agravando nos últimos dois anos. E não temos visto uma política sequer, deputado Professor Valdeci, do governo Wagner para a resolução desse problema. Pelo contrário. Em 2007 tivemos uma greve de 67 dias. O governo se comprometeu em fazer a reposição. Não fez, e o filho do trabalhador perdeu o ano letivo na Bahia. Não houve um ano letivo regular. E olha que a carga horária brasileira é uma das menores do mundo. Menor do que a da Bolívia.

Os 200 dias letivos, as 800 horas de aula que qualquer filho da classe média tem, na Bahia não foi dado esse direito ao filho do trabalhador. O que ocorreu? Uma ordem do Sr. Secretário da Educação, que já foi apontado aqui como um grande pedagogo, embora se enquadre bem na definição de Anísio Teixeira, que dizia que pedagogia é igual à fumaça: quanto mais pedagogia, menos se atinge o objetivo.

Acho que é nesta escola de pedagogos que a gente pode colocar o secretário da Educação. Que medida ele tomou? Simplesmente mandou que se promovesse todos os alunos para a série imediatamente seguinte. Denunciamos isso ao Ministério Público, e até hoje não vimos uma ação do MP no sentido de penalizar os culpados. A APLB não diz nada, é calada. A imprensa também não diz nada. A sociedade não está nem aí, mostrando que não dá a mínima importância à educação.

E qual o reflexo imediato disso tudo? É que cada vez mais à juventude da periferia das nossas grandes cidades, aos afrodescendentes não é dado o direito a uma mobilidade social, ao acesso à educação. A base governista nesta Casa, com deputados que há dois anos faziam oposição ao governo anterior, trata do analfabetismo, dos índices de desenvolvimento humano neste Estado, mas até hoje não vi nenhum deles protestar, trabalhar e lutar para acabar com este engodo que é a educação pública na Bahia.

Sr. Presidente, pode parecer até uma afirmação pesada mas, se acabasse a escola pública na Bahia hoje, não faria falta a ninguém porque ela não serve para nada. E não é um problema, volto a dizer, de agora. A diferença da escola pública do governo Wagner para as dos governos anteriores, é que nos anteriores a escola pública pelo menos socializava, e hoje essa escola pública nem isso consegue. É uma escola pública que perpetua a falta de qualificação de mão-de-obra, o desemprego, é uma escola pública, volto a dizer, que não serve para nada. E quando digo que antes, nos governos anteriores, a escola pública pelo menos socializava e hoje nem isso faz, é em decorrência de uma situação que se agrava cada vez mais em Salvador e na Região Metropolitana, que é a violência.

Então, hoje o pai, o trabalhador tem medo de mandar seu filho para a escola,

porque as brigas de gangsteres, as tais rixas, as tais lutas de grupos rivais, fazem com que o índice de violência na escola pública seja alarmante, que o tráfico de drogas esteja dentro da escola pública, que o professor da rede pública seja ameaçado diariamente em sala de aula. E todo esse caldeirão de violência, toda essa situação de descontrole faz com que o filho do trabalhador não tenha mais nenhum atrativo pela escola pública.

Em artigo na revista *Veja* desta semana, o economista Cláudio de Moura Castro trata da educação e diz que o grande e principal entrave para o desenvolvimento da educação nas grandes cidades, nas metrópoles, está na conflagração de áreas como as periferias dessas cidades, onde o tecido social está dilacerado pelo crescimento desordenado.

Algumas regiões, secretário, tornaram-se verdadeiras praças de guerra decorrentes da insegurança, criminalidade, violência e agora, mais recentemente, o crescimento do tráfico de drogas, segundo os organismos da segurança pública baiana. Desemprego, pobreza, tudo isso, cuja a solução passa pelo Estado, inclusive a desintegração familiar.

Como a classe trabalhadora baiana pode colocar a educação como prioridade? Como despertar num chefe de família o interesse de que seu filho vá para a escola, se outros objetivos muito mais importantes não foram resolvidos na vida dessas pessoas?

A insegurança, o desemprego, a pobreza, tudo isso vem antes da educação. Sem a resolução dessas questões, que são responsabilidade do Estado da Bahia, a educação não vai avançar.

Como eu disse e repito, se acabar com a escola pública na Bahia, na cidade do Salvador, principalmente, não vai fazer falta a ninguém. Pode fechar, Sr. Secretário Adeum Sauer, pode fechar as escolas públicas e jogar a chave no mar, porque não têm cumprido nenhum papel essas escolas.

Estive no final do ano visitando diversas unidades escolares na cidade do Salvador e posso citar o nome de algumas delas. Faltando 15 dias para encerrar o ano letivo, na Escola Estadual Getúlio Vargas, havia turmas, deputado Jurandy, que não tinham tido até aquele dia aula de português. O mobiliário todo quebrado, as escolas todas destruídas e o governador, hoje, nas emissoras de rádio, fazendo propaganda na recuperação que fez na rede pública. Talvez, a solução para a educação pública passe por uma sugestão do senador Cristovam Buarque, que inegavelmente é um defensor da educação e dizia que iria apresentar um projeto de lei obrigando que todo filho de político fosse matriculado em escola pública. Talvez, só assim.

Há poucos dias, participando de uma assembléia do magistério, eu disse isto: que se precisasse que se fechasse a escola pública em Salvador, ninguém iria sentir falta, e fui vaiado, deputado. E aí perguntei imediatamente, e só havia professores, que professor ali tinha filho matriculado em escola pública? Nenhum levantou a mão.

Os próprios integrantes do magistério de 1º e 2º graus da rede pública estadual não colocam seus filhos na escola pública, e a sociedade não reage. A banalização da violência, a banalização da pobreza e da miséria chegaram a tal ponto que ninguém

reage.

Pulando para outro nível de educação, a Universidade Estadual de Feira de Santana anunciou a suspensão do vestibular do meio do ano, de junho/julho de 2009. Ninguém reagiu, ninguém disse nada. Por quê? Porque não está tendo ganhos sociais dessa educação que o governo do Estado tem patrocinado. Ouvimos aqui discursos dizendo que isso é a herança maldita, dizendo que isso é por causa de 16 anos de domínio no Estado de outro grupo político. E o que o governo Wagner tem feito para reverter essa situação?

Eu não estou aqui a exigir, porque dois anos para a área de educação é um tempo curto, não estou a exigir mudanças nos métodos pedagógicos. Eu não estou a exigir aqui alteração no currículo. O que eu estou pedindo, exigindo e perguntando ao Sr. Secretário da Educação é por que a escola pública na Bahia não funciona, por que não temos aula, por que faltam professores e equipamentos. São essas as minhas indagações.

E volto a dizer, não se ouve e não se vê o Ministério Público tomar uma atitude sequer. Não se vê a sociedade se revoltar contra isso. Não se vê...

(Manifestação nas Galerias.)

E lógico que temos que falar da saúde, que neste momento é mais importante do que a educação. Lógico, mas se não tem saúde! Se o Estado também vive a crise na saúde, como é que se pode pensar num processo educacional? Vamos agora ao Hospital Geral do Estado, vamos ao Hospital Roberto Santos.

(Manifestação de um dos presentes na galeria: “Para ser educado, tem que ter saúde!”)

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Exatamente, companheiro! Exatamente!

Quando falar da saúde, não discutir aqui apenas a questão da remuneração dos médicos, mas do conjunto de servidores da saúde. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Jurandy Oliveira):- Nós queremos lembrar aos senhores que o Regimento Interno não permite a manifestação que tumultue o trabalho normal da Casa. Muito obrigado.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Exatamente, quero concordar com o companheiro e agradecer-lo, pois lembrou de que sem saúde não há educação. Disse aqui antes que ao lado da questão da educação temos outras necessidades, outros serviços que são muito importantes para a população naquele momento, como é a questão da violência, da insegurança, da falta de emprego e da falta de saúde.

Mas, Sr. Presidente, precisamos tomar atitudes, a sociedade precisa se organizar e reclamar da mesma forma que o servidor se organiza democraticamente para estar aqui e solicitar o seu enquadramento, está aqui para solicitar a sua melhoria salarial, nós temos que despertar na sociedade essa preocupação para com as questões fundamentais da vida com boa qualidade.

Era isso, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Jurandy Oliveira):- Horário das Representações

Partidárias.

Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria ou representante do PMN para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Yulo Oiticica:- Sr. Presidente, falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Jurandy Oliveira):- Com a palavra o deputado Yulo Oiticica pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. YULO OITICICA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores da Galeria Paulo Jackson, é importante ver essa galeria cheia, sobretudo uma galeria que foi batizada com o nome de um deputado que não só muito bem assumiu a democracia representativa nesta Casa, como muitas vezes teve de subir a esta tribuna para garantir que os verdadeiros donos deste Parlamento, que é o povo da Bahia, pudessem ocupá-lo. O presidente que ora preside esta sessão lembra muito bem que certa vez ele desceu dessa galeria seminu, porque os segurança rasgaram o paletó do deputado Paulo Jackson.

Vivemos um novo período em que a Bahia faz o bom debate com as categorias profissionais. Eu quero nesse sentido parabenizar a participação de todos os profissionais da saúde que neste momento estão aqui, assistentes sociais, enfermeiros, técnicos. No passado, sempre chegava a esta Casa um projeto do funcionário público do Estado da Bahia, este ano já discutimos e votamos mais de 20. Há muito mais discussões e são intensas, às vezes, bastante calorosas, mas é fundamental. Quem votou neste governo votou exatamente para que ele pudesse fazer diferente e avançar. Eu não tenho dúvida de que a maioria dos que estão nessa galeria, se não quase todos, votou nesse governo, nessa perspectiva.

Logo, no primeiro momento, o governador Jaques Wagner fez questão de instituir mesas de negociações. Ou seja, o debate constante é fundamental. Ontem, tivemos a oportunidade aqui de votar três projetos da Defensoria Pública, com os quais, pelo menos, 95% da categoria ficaram satisfeitos e assinaram o acordo, mas 5% não ficaram satisfeitos, porque achavam que deveria avançar-se mais. E o que fizemos? Aprovamos os 3 projetos e vamos continuar o debate para que, obviamente, avance cada vez mais a Defensoria Pública.

Falo da Defensoria Pública porque essa era sempre ignorada no governo passado por uma questão proposital, clara: quem tem dinheiro para pagar advogado, tem acesso à Justiça; quem não tem dinheiro, não tem acesso à Justiça. E o governo Jaques Wagner já potencializou em 4 vezes o que era o Orçamento da Defensoria Pública. Portanto, esse exemplo deve ilustrar o que devemos fazer com todas as outras categorias.

Ainda estamos, neste momento, em um debate visando à aceitação das emendas que vocês reivindicaram aqui, como a permanência do CET. Está ali a companheira Vitória, uma companheira atuante na defesa dos direitos dos profissionais, entendendo saúde não com a concepção mesquinha de que se resolve o problema da saúde só com melhores salários. A visão que tem a companheira Vitória, e tenho certeza que é a da maioria da classe, é a de que se resolve o problema da saúde, primeiro, respeitando-se os profissionais que atuam na área. (Palmas) Mas não

é só isso, é preciso que haja estrutura, é preciso que se dê condição de trabalho para esses profissionais. E não tenho dúvida de que isso começa pelo salário.

Se formos ver como se tratava a saúde em nosso Estado, vale lembrar um hospital que está sendo construído na entrada da Cidade de Santo Antônio de Jesus, no Recôncavo Baiano. Sabem há quantos anos esse hospital está sendo construído? Há 18 anos, Vitória, que o hospital está sendo construído. Ou seja, o objetivo dessa construção não era fazer a melhor saúde para a Bahia, mas fazer política eleitoral em época de eleição, quando se fazia, ou se pintava, uma parede a mais para dizer que aqueles políticos que comandavam estavam fazendo alguma coisa.

Portanto, cai por terra essa velha concepção. Saúde não pode ser política de governo. Saúde tem que ser política de Estado, tem que ser tratada de forma séria, tem que ser pensada para os próximos 20, 30, 40, 50 anos. É assim que se pensa política de forma séria. Foi exatamente por isso que o secretário da Saúde do Estado da Bahia, Dr. Jorge Solla, fez da Cidade de Vitória da Conquista uma referência em saúde para o nosso País.

Quero dizer a um dos companheiros na Galeria, que está dizendo não, que qualquer pessoa que precisar de uma UTI neonatal na Cidade de Vitória da Conquista não procura hospital particular, tem que ir para o hospital público, porque no hospital público há UTI neonatal. E isso é política de Estado. A Cidade de Conquista é condecorada não só dentro do nosso País, mas fora dele, pelo trabalho que fez com a saúde, pelo trabalho que fez de política infantil, inclusive recebendo um prêmio internacional da Abrinq.

Não quero dizer com isso que é possível resolver os problemas da saúde, ou de qualquer outra questão deste Estado, em 2, 4 ou 8 anos. Muito menos estou aqui dizendo que é uma tarefa só dos deputados da Base do governo ou só do governador. É uma tarefa de todos os baianos. Claro que esta Casa tem uma responsabilidade maior, como Poder Legislativo, e vocês tem que vir aqui cobrar mesmo, olho no olho, fazendo o bom debate democrático. (Palmas)

É preciso que se deixe muito claro – aí, entendo quando se fala em 2010 –, que a democracia representativa só vale a pena quando elegemos, verdadeiramente, aqueles que representam e defendem os nossos interesses. A democracia representativa brasileira ainda é muito jovem. Em outros países onde ela é exercitada há mais tempo, tem-se uma musculatura de democracia muito mais arrojada. A democracia brasileira ainda é muito jovem. Muitos não se lembram dos vereadores em que votaram, dos deputados em que votaram. Muitos não acompanham aqueles a quem deram o voto. É preciso acompanhar para que, verdadeiramente, depois de 4 anos, cada um possa avaliar e dizer “Fulano ou Beltrano merece o meu voto ou não.” Isso porque se vota muitas vezes em alguém, e depois de 4 anos tem de se fazer campanha contrária àquele deputado ou vereador. Portanto, o que fortalece a democracia representativa é o que vocês estão fazendo neste momento.

E não tenho dúvida que é um avanço a democracia representativa. Melhor do que ela é o que vocês estão fazendo, a democracia participativa, na qual cada um muitas vezes tem de sair do conforto do lar, da família. Sem dúvida os que estão aqui

nas Galerias poderiam estar vivendo agora os prazeres do verão baiano na praia ou em outro lugar, mas se encontram nesta Casa exercitando essa democracia substantiva, participativa e importante na luta pela garantia dos direitos.

Vivemos no ano de 2008 as conferências de juventude em nosso Estado. Imaginem que a juventude, muitas vezes tratada como caso de polícia, é agredida em suas comunidades. Ontem denunciemos a violência policial nas festas populares da cidade de Salvador.

A juventude baiana escolheu 3 prioridades. Depois de fazer 21 conferências na Bahia inteira, juntamos 26 Territórios de Identidade. Estou falando dos nossos filhos. A terceira prioridade que escolheram foi saúde. A segunda, educação. Sabem qual foi a primeira? Participação política. A juventude não quer mais ser mera expectadora, ficar de braços cruzados vendo no que vai dar. A juventude quer participar no dia-a-dia da sua cidade, do seu estado, do seu país.

Hoje pela manhã o governador Jaques Wagner e o secretário Rui Costa, de Relações Institucionais, empossaram pela primeira vez na Bahia o Conselho Estadual de Política Pública da Juventude. Ele tem 30 membros, sendo que 20 são da sociedade civil e só 10 pertencem a secretarias estaduais.

Essa é mais uma demonstração de que todos precisamos muitas vezes deixar existir em nós um sentimento que já deve ter tomado conta de vocês estes dias: o da indignação. Ela tem de ser transformada no que vocês estão fazendo agora: na luta concreta pela luta pelos direitos, ou seja, na luta concreta pela garantia da vitória do povo organizado.

Portanto, Sr. Presidente, quero concluir dizendo que respeito profundamente os profissionais da Saúde. E estaremos até o início da noite lutando para incorporar todas as emendas para que possamos verdadeiramente comemorar hoje uma vitória não só da Bahia, mas sobretudo de todos vocês, que não abrem mão da luta. (Muitas palmas!)

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Jurandy Oliveira):- Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou ao representante do PTN para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos. (Pausa) Não há orador.

Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria ou ao representante do PSDB para falar ou indicar o orador por 10 minutos.

O Sr. Yulo Oiticica:- Sr. Presidente, por todo o tempo, o deputado Waldenor.

O Sr. PRESIDENTE (Jurandy Oliveira):- Com a palavra durante todo o tempo o Líder do governo, deputado Waldenor Pereira.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, aceitarei o desafio do deputado João Carlos Bacelar, que há pouco no Grande Expediente nos convidou para um importante debate a respeito das condições dos indicadores sociais da Bahia. Ele destacou a educação. Iremos falar sobre ela e também da saúde, já que os servidores da área encontram-se presentes às Galerias

Paulo Jackson.

Em primeiro lugar, quero responder respeitosamente ao deputado João Carlos Bacelar que o governo Jaques Wagner na posse, em janeiro de 2007, encontrou o Estado da Bahia ostentado péssimos indicadores sociais duma forma geral, especialmente na área da Educação. Por exemplo, senhores servidores da Saúde que se encontram aqui presentes, o Estado da Bahia ainda hoje é o campeão nacional do analfabetismo. Temos na Bahia dois milhões e duzentos mil analfabetos. Dois milhões e duzentos mil baianos com mais de 15 anos de idade são analfabetos; e outros quatro milhões de baianos que não chegaram a concluir quatro anos de estudo são considerados analfabetos funcionais, porque embora saibam ler e escrever não têm a capacidade de interpretar um texto e são considerados analfabetos funcionais.

Quando da posse do governador Jaques Wagner também anunciamos aqui que herdamos dos governos anteriores uma taxa de escolarização no ensino médio de 26%. Ou seja, dos jovens baianos de 15 a 17 anos que, potencialmente, poderiam estar matriculados no ensino médio, só 26%, deputado Yulo, encontravam-se matriculados no ensino médio.

Encontramos também, em janeiro de 2007, uma taxa de escolarização superior a mais baixa do Brasil. Na Bahia, 6ª principal economia do País, apenas, naquela oportunidade, 4,6% da população jovem de 18 a 24 anos, que potencialmente poderiam estar matriculados em alguma instituição superior, só 4,6% estavam estudando em alguma universidade.

E para completar os dados estatísticos da Educação, a Bahia, naquela oportunidade, era o 2º Estado da Federação com o maior número de crianças fora da escola; crianças de 7 a 14 anos que deveriam estar estudando no ensino fundamental.

Ora, estou apresentando esses dados para dizer ao colega que o governo Jaques Wagner está completando dois anos, que não se criam 2 milhões de analfabetos em dois anos. É impossível que um Estado dessa dimensão em dois anos fosse capaz de criar analfabetos, até porque os analfabetos baianos têm mais de 15 anos de idade, são analfabetos aqueles cidadãos e cidadãs com mais de 15 anos de idade.

Ora, o governo Jaques Wagner em dois anos de mandato não pode ser responsabilizado por uma taxa de escolarização superior que é vergonhosa quando comparada com outros Estados da Federação, inclusive com os Estados economicamente menos favorecidos do Nordeste brasileiro.

Portanto ainda que o pronunciamento do nobre colega, deputado João Carlos Bacelar, a respeito da Educação deva merecer do nosso governo toda a atenção, deva merecer todo o cuidado, deva ser reconhecido como um grande desafio de governo, mas é imprescindível que se apresentem com clareza, com transparência as responsabilidades desses indicadores, da ostentação dessa triste e perversa classificação do nosso Estado que entre aqueles Estados da Federação de fato é possuidor dos piores indicadores na Educação.

Portanto cabe, imediatamente, deputado, essa contestação, esse cotejamento de dados para categoricamente responsabilizar os governos anteriores ao governo Jaques Wagner que não foram capazes de criar uma base sólida para permitir no nosso

Estado da Bahia uma Educação de qualidade.

Para não dizer que não falei de flores e não falei da Saúde, a realidade da Saúde é igual. Aliás, talvez seja mais preocupante do que a realidade da Educação. O Estado da Bahia ainda convive, no nosso governo, com a coqueluche, com a tuberculose, com a difteria, com alta taxa de mortalidade infantil, com alta taxa de mortalidade de gestantes por falta, de fato, de uma atenção básica na Saúde que fosse capaz de reverter essa dura realidade. Aliás, não pode ser saudável uma população que mora mal. A Bahia é o terceiro Estado da Federação de maior déficit habitacional. Faltam na Bahia 600 mil moradias. Portanto, não pode ser saudável um povo que não tem habitação. Não pode ser saudável um povo que ganha mal. A Bahia é o primeiro Estado da Federação, deputado João Carlos Bacelar com maior número de famílias pobres, miseráveis – um milhão e 500 mil famílias recebem o Bolsa Família, porque são classificadas abaixo da linha da miséria. E não foi o governo Jaques Wagner que construiu esse contingente de miseráveis, de famintos de desprotegidos. Foram os governos de V.Ex^{as} que não tiveram atenção com o social. Não pode ser saudável um povo, uma população, que é considerada no Brasil, como o Estado campeão do desemprego. Uma população desempregada não pode ser saudável, não pode se alimentar bem, não pode ter a boa habitação, não pode ter higiene, não pode consumir, não pode ter acesso aos bens de consumo que poderiam lhes dar uma vida digna ou a mais elementar. Essa é que é a grande realidade. Foi adotado, senhores servidores, na Bahia, um modelo de desenvolvimento econômico e social que privilegiou uma minoria, uma minoria de baianos se locupletou, enriqueceu. A Bahia é o sexto principal Estado produtor do Brasil. a primeira economia nordestina, mas convive com os piores indicadores sociais. Não fomos nós que construímos esses indicadores sociais. Pelo contrário, o governo Jaques Wagner está adotando políticas públicas, ações de governo para reverter essa dura realidade. E respeitar o servidor, recuperar seu salário, reestruturar suas carreiras pode ser e será um bom começo para realizarmos um grande governo e construirmos uma vida mais digna para o povo do nosso Estado. (Palmas nas galerias)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Jurandy Oliveira):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou do Bloco Parlamentar PDT/PSC/PCdoB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Jurandy Oliveira):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais presentes, trabalhadores da área da Saúde, quero dizer que logo mais, a partir das 18 horas, estaremos aqui discutindo o projeto da Saúde, que já teve alguns debates, algumas audiências públicas, cuja relatora é a deputada Marizete. Portanto, todas as possíveis transformações e ajustes nesse projeto passarão necessariamente pela relatora, deputada Marizete. Eu estava conversando, nesse momento, com o presidente do

Sindicato dos Médicos, Caires, com a presidente do Sindsaúde Tereza Deiró, também com a vereadora Aladilce. Tenho conversado com os demais servidores, defendendo a necessidade de buscar com a relatora, e isso vem sendo feito, os ajustes necessários para que o projeto seja aprovado da melhor forma possível.

Temos ainda aproximadamente duas horas para que os ajustes sejam feitos e expressos no relatório da deputada Marizete, que neste momento está trabalhando, está discutindo. Sou testemunha do esforço que ela vem fazendo, que o Líder do governo, Waldenor Pereira, também está fazendo para corrigir os diversos aspectos que porventura venham a prejudicar o pessoal da saúde. Eu próprio, também, tenho feito esse trabalho no sentido de discutir com a relatora e o Líder do governo, com as entidades e o próprio governo, para que busquem aperfeiçoar esse projeto.

Repito: temos ainda o período de duas horas para que possamos discutir e ajustar o projeto da saúde, que após esse período entra em votação. Evidentemente que o prazo de emendas já passou, a relatora está analisando todas as emendas, todas as proposições, todas as sugestões com muito carinho. Marizete é uma deputada comprometida, que tem feito esse esforço para que o projeto seja o melhor possível, para que a lei venha a beneficiar os trabalhadores na área de saúde.

Este é um momento rico de discussão, de debate, de polêmica. Mas é preciso avançar cada vez mais. Sabemos que as necessidades do funcionalismo público são muitas, as demandas são inúmeras, e é preciso corrigir todas na medida do possível. No entanto, não é fácil se organizar, se estruturar algo que está desestruturado há décadas e décadas. Não é fácil resolver o problema do funcionalismo público em poucos anos. Mas é importante e é preciso que haja essa movimentação, essa participação. É um processo demorado para resolver esses problemas de décadas e décadas. Por isso, o governo tem feito um esforço muito grande para a valorização do funcionalismo público. Não por acaso aqui se encontram dezenas de projetos nesse sentido. Na convocação extraordinária, mais da metade dos projetos é relativa ao funcionalismo público, e o que é importante é que todos esses projetos foram feitos através de um processo de discussão com as entidades representativas desses segmentos. Todos os projetos! Se por acaso os projetos chegaram aqui e houve um equívoco ou um erro, esse erro vem sendo corrigido em todos os projetos aprovados aqui, os erros e equívocos que foram efetivamente identificados foram corrigidos.

O processo de discussão e de debate tem sido democrático, em que o governo, na mesa específica e na mesa geral, tem discutido todos esses projetos. É evidente que esses projetos podem não contemplar 100%, esses projetos que estão sendo aprovados aqui podem não ser o ideal, mas posso afirmar, com absoluta segurança, que esses projetos, no geral, representam um avanço para o funcionalismo público, representam a valorização do funcionalismo público.

É preciso dizer que há o projeto aprovado hoje, mas outros projetos poderão ser aprovados, não significa dizer que o projeto aprovado hoje é a lei imutável e que jamais poderá ser transformado. O projeto que foi aprovado hoje, a lei de hoje poderá ser mudada amanhã, depois de amanhã, daqui a um mês, daqui a um ano, portanto, o que temos que analisar neste momento é exatamente a situação de cada projeto, se ele

projeto beneficia o geral da categoria ou não beneficia, porque o propósito do governo é beneficiar o funcionalismo, é valorizar o funcionalismo.

Por isso entendo que este é um momento muito importante para todos os trabalhadores, para o funcionalismo público e para o próprio governo. Temos aqui a deputada Marizete, mais uma vez, já fiz uma referência, sou testemunha do esforço que ela está fazendo para ajustar e corrigir eventuais equívocos do projeto.

Portanto, quero dizer que também estou junto, fazendo esse esforço com a deputada Marizete, com o Líder do governo e os demais parlamentares para que, daqui a pouco, aprovemos aqui o projeto da saúde, o melhor projeto possível para o funcionalismo.

Quero só dizer aos servidores públicos que se, por acaso, esse projeto não contemplar 100% do segmento, que os trabalhadores não podem em hipótese alguma deixar de lutar e continuar a luta, porque o projeto aqui não é o fim. Esse projeto é o início de uma nova etapa, onde os trabalhadores têm voz, onde os trabalhadores participam e onde os trabalhadores buscam conquistar avanços para a valorização do funcionalismo público.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do Bloco parlamentar PR/ PRTB, para falar ou indicar orador, pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Pedro Alcântara:- Sr. Presidente, falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Jurandy Oliveira):- Com a palavra o deputado Pedro Alcântara, pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Sr. Presidente, demais membros da Mesa, colegas deputados e deputadas, imprensa, aqueles que nos honram com suas presenças, estou de olhos e ouvidos abertos para ver e ouvir, daqui a pouco, como é que vai se proceder o debate. Pelo riso da eminente deputada Marizete quando adentrou este Plenário, acredito que, daqui a pouco, vamos votar e atender às reivindicações dos colegas servidores da saúde.

Mas também o que me traz aqui, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, é que (lê) “nesse ano que se findou, o Brasil comemorou 20 anos da elaboração de sua Constituição democrática, de sua Constituição Cidadã.

Naquele 5 de outubro de 1988, o Congresso Nacional legava ao País a sua Lei Maior, sepultando definitivamente o período de trevas a que foi submetido o povo brasileiro desde o fatídico golpe militar de 31 de março de 1964.

É verdade que a mobilização do povo brasileiro já fizera eleger, em 15 de janeiro de 1985, um democrata para o comando do País, o saudoso Tancredo Neves, que sequer chegou a tomar posse, frustrando a sua prematura morte toda uma Nação, que nele depositava as esperanças de um processo de retomada da vida democrática.

Mas, se já prosseguia o Brasil, com o presidente Sarney, a passos firmes em sua caminhada pelo retorno à democracia plena, faltava ao País, no entanto, a reforma de um sistema legal fortemente marcado pelo período autoritário, faltava-nos uma Constituição verdadeiramente democrática a orientar todo o arcabouço legal, para

extirpar definitivamente do Sistema Jurídico Brasileiro toda aquela legislação imposta pelas armas, elaborada por um congresso constrangido e incapaz de reagir aos ditadores de plantão.

Veio, então, a Assembléia Nacional Constituinte, instalada em 1º de fevereiro de 1987, tendo na presidência outro incansável veterano da luta democrática no Brasil, o nosso também saudoso Ulysses Guimarães.

A partir da promulgação da nova constituição, em 5 de outubro de 1988, os Estados-Membros da Federação Brasileira teriam o prazo de um ano para promulgar as suas próprias cartas constitucionais, outorgando-se poderes constituintes às suas Assembléias Legislativas, na forma do art. 11 do ato das disposições constitucionais transitórias da nossa lei maior.

A Constituinte Estadual foi instalada em 1889, tendo na presidência o deputado Coriolano Sales e na presidência da Assembléia o deputado José Amando.

Após o intenso processo de ebulição em que viveu esta Casa, durante aquele inesquecível período marcado por eloquentes debates e disputadas votações, a Bahia teve promulgada a sua Carta Estadual, em 5 de outubro de 1989.

Neste ano que se inicia, portanto, haveremos de comemorar os 20 anos da nossa Constituição Estadual dessa Constituição que, a exemplo da Carta Federal, já sofreu diversas alterações, num permanente processo de adaptação às mudanças porque passa a sociedade e aqui pergunto às Senhoras e Senhores Parlamentares: será que não seria o momento de instalarmos, nesta Casa, um processo de revisão da nossa Constituição, formando um grupo de trabalho revisional, com a participação de juristas e representantes dos diversos segmentos sociais? Trata-se apenas de uma idéia, de uma sugestão, que esta Casa certamente levará em consideração, amadurecendo-a verificando da sua necessidade e viabilidade.

Mas, voltando aos 20 anos da Carta Baiana, vejo que na atual legislatura apenas 4 daqueles 71 constituintes -aí incluídos os 8 suplentes que tiveram participação em substituição a membros titulares - se fazem presentes: este orador e os deputados Reinaldo Braga, Luciano Simões e Jurandy Oliveira. Alguns deixaram a militância política, outros permanecem, mas em searas diferentes, a exemplo do senador César Borges, do ex-prefeito José Ronaldo, do prefeito Ribeiro Tavares, dos deputados federais José Rocha, João Almeida e Marcos Medrado, dos conselheiros Otto Alencar, Antônio Honorato e Paulo Maracajá.

Outros já não se encontram entre nós, como o meu amigo irmão José Amando, que tão bem presidiu esta Casa, Eliel Martins, outro notável ex-presidente, e os saudosos e queridos amigos Luiz Braga, Henrique Sampaio, Jayro Sento Sé, Clodoaldo Campos, Cristóvão Ferreira, Gastão Pedreira, Horácio Matos Neto, o nosso Horacinho, Maurício Cotrim, vítima de bárbaro assassinato, e Colbert Martins, lembrando ainda o querido amigo e talentoso deputado Luís Cabral, de quem esperávamos vibrante participação e contribuição nos trabalhos, mas que a morte levou antes de instalado o processo constituinte, e por isso a Constituição baiana lhe foi dedicada 'in memoriam'.

O deputado Luís Cabral foi um dos deputados mais capazes e competentes que

conheci nesta Casa, faleceu durante o processo de instalação da nossa Assembléia Estadual Constituinte e a nossa Carta levou o seu nome 'in memorian'.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ainda que não vingue aquela idéia que acima expus, de uma revisão constitucional, trago aqui também a proposta de que esta Casa venha a promover ações comemorativas dos 20 anos da nossa constituição. Para tanto, sugiro que seja criada uma comissão, da qual participarão necessariamente os 4 parlamentares, ex-constituintes, presentes nesta Legislatura, contando com o apoio técnico e o assessoramento funcional da Assembléia.

Mas, Senhor Presidente, não deve esta comissão ater-se apenas a ações comemorativas, cabendo-lhe uma ação muito mais ampla, qual seja a de promover a ampla divulgação do texto constitucional, com a participação nesse processo de todas as comissões técnicas da Assembléia, especialmente a de Constituição e Justiça e aquelas que têm como tema a atenção aos direitos humanos e os direitos das minorias. A idéia é realizar fóruns de debates e audiências públicas, e buscar também a participação de outras instituições públicas e de ensino em geral, com a finalidade promover e levar à sociedade, especialmente aos jovens, noções básicas de cidadania, de apreço à lei e aos valores éticos e morais que constituem o alicerce de qualquer sociedade.

Vossa Excelência, Senhor Presidente, teve o grande mérito de abrir ainda mais as portas desta casa...”

Dirijo-me ao atual presidente, de fato, meu caro amigo Jurandy.

(Lê):- “(...) de ampliar o processo de interação do poder legislativo com a sociedade, com a criação do novo portal do legislativo e divulgação, na internet, das atividades dos parlamentares em Plenário, nas comissões técnicas e os projetos e demais proposições em tramitação na Assembléia. e Vossa Excelência, com certeza irá prestar todo o apoio necessário à execução dessa nossa proposta, que representa mais um passo nesse processo de interação do Poder Legislativo com o povo da Bahia, de abertura desta Casa para a sociedade.”

Meu caro presidente, Jurandy Oliveira, coincidentemente, V.Ex^a como eu, somos um dos quatro que fizemos a nossa Carta Magna, a Carta do Estado da Bahia, juntamente com o deputado Reinaldo Braga e com o deputado Luciano Simões que há pouco estava neste Plenário.

Portanto, é hora de nós, nesta Casa, claro, com o apoio da presidência e das comissões e das principais lideranças desta Casa, propormos uma comissão para fazer uma revisão da nossa Constituição. E fazer uma Constituinte itinerante como fizemos naquela época, em cada local, e para aqueles que chegam agora em nossa Casa, como também o companheiro da Mesa, para que possamos, na realidade, modernizar a nossa Constituição, adaptá-la e fazer cumprir alguns artigos que estão esquecidos como a Universidade Estadual do São Francisco, que foi uma proposta nossa na Constituição e que até hoje não foi implementada. Já chegou a Univasf, se ampliou a Uneb e a Universidade do São Francisco que estamos a esperar.

Portanto, será um debate salutar para o próximo presidente que assumir esta Casa e com certeza o atual presidente que tem contribuído muito com esta Casa, com

certeza dará todo o apoio para a instalação dessa comissão que é muito importante para o nosso Estado, a nossa Carta maior.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância e espero que V.Ex^a, constituinte como eu, façamos um grande trabalho neste ano para modernizar e fazer valer a nossa Constituição Estadual. Muito obrigado pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Jurandy Oliveira):- Com a palavra o Nobre líder do Governo e da Maioria ou Bloco Parlamentar PSDB/PT do B/PSC/PTB para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Bira Coroa pelo Partido dos Trabalhadores.

O Sr. PRESIDENTE (Jurandy Oliveira):- Com a palavra o nobre deputado Bira Coroa pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. BIRA COROA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhoras e senhores servidores desta Casa, senhores da imprensa e, em especial, servidores públicos do nosso Estado, mais especificamente os servidores da Saúde que hoje abrilhantam este Plenário e trazendo para esta Casa ao longo destas últimas semanas, debates e discussões, estratégicas importantes para o setor.

Sr. Presidente, faço uso da palavra, neste momento, em primeiro lugar para, mais uma vez, reafirmar a importância desta convocação extraordinária pela qualidade dos projetos oriundos do Executivo que estão sendo debatidos e discutidos, transformados em leis a partir da aprovação desta Casa, durante este período.

Várias intervenções da sociedade civil organizada e dos setores dos servidores públicos que fizeram desta Casa, neste processo, um espaço de debate, de discussão e transformando-a, de fato, na Casa de interesse da sociedade, não apenas rotulada como a casa do povo.

Aqui, os vários projetos leis já foram debatidos, discutidos e aprovados, e retratam a condição em que se encontrava a estrutura do Estado da Bahia, conduzida pelas gestões passadas. Só pontuando a situação da Polícia Civil, que na semana foi aprovada aqui a Lei Orgânica que regulamenta as suas ações, que era um pleito de 40 anos, 40 anos atravessando inúmeros governos e que nem sequer tinha conduzido. E não apenas foi aprovada no governo Wagner, mas foi a Lei Orgânica que hoje já é referência nacional, porque passou por um processo de discussão de uma Mesa permanente e com a participação e presença de todos os setores envolvidos, do Estado e da categoria, a exemplo dos delegados, dos agentes, escrivães e peritos, e consequentemente se teve aqui nesta Casa um dos dias mais destacados, com um ato de nobreza, que foi a reação dos policiais civis em todas as suas instâncias, e aqui, ao término da aprovação, cantaram o hino nacional como manifestação de respeito e acima de tudo de gratidão e satisfação pela intervenção e atuação desta Casa.

E eu não tenho dúvida, nobre presidente, de que hoje nós teremos também aqui um outro dia de grande satisfação por parte de um setor dos servidores públicos, que é o setor da saúde do nosso Estado, ora atravessando momentos retratados como

descaso, desrespeito em todos os aspectos, da condição de trabalho a valorização profissional. E hoje esta Casa, com certeza, mais uma vez cumprirá o seu papel com a participação das três bancadas, quero destacar – da Bancada de apoio ao Governo, e da Bancada de Oposição e também dos independentes, porque assim tem sido a condução nesse processo. E, sem dúvida alguma ainda não estaremos aprovando o ideal, sei que muitas correções ainda irão surgir, que a luta está apenas começando, que há necessidade de melhorar, de avançar mais. Mas, não podemos perder de vista que temos uma grande conquista no dia de hoje, que é o projeto de lei que logo mais estará sendo debatido e discutido e sem dúvida nenhuma aprovado por esta Casa.

Por isso, Sr. Presidente, quero saudar todos os servidores da saúde do nosso Estado pelo compromisso, pela valorização que tem, pelo respeito e, acima de tudo, por estar transformando o Estado da Bahia num Estado digno de se viver e, consequentemente, pela mão e pela ação dos profissionais da saúde, não poderíamos deixar de destacar.

Mas aqui no dia de hoje, sem dúvida alguma, estaremos sim cumprindo com o nosso papel, que é aprovando o projeto de lei e, sem dúvida alguma, dando um passo importante para a sustentabilidade e a melhoria da qualidade do atendimento na saúde pública do nosso Estado.

(Palmas nas galerias)

Mas, Sr. Presidente, nos poucos minutos que me restam, quero apenas fazer uma reparação. Logo no início dos trabalhos do dia de hoje o deputado Ferreira Ottomar fez uma explanação, que eu até respeito e entendo e destaco como choro de perdedor. Choro de perdedor porque o deputado, que era da base aliada do governo Caetano, teve a infelicidade de fazer a opção errada no processo de continuidade, quando fez o rompimento, já que ele queria garantir, a todo custo, a indicação do nome dele para vice-prefeito e que não era do conteúdo da maioria das forças políticas do município de Camaçari, discutido e apreciado, consequentemente houve um rompimento. E, mais desorientado ainda foi o final do processo eleitoral, quando o deputado que tinha dois vereadores e duas secretarias no governo Caetano, perde as duas secretarias e dois mandatos de vereador, e consequentemente, eu disse aqui e vou repetir, jogou uma pedra para cima que está plainando e que pode cair na própria cabeça no processo eleitoral de 2010, na reeleição. E mais desorientado ainda é quando se posiciona em nome do seu partido, o PMDB, assumindo posições de que o PMDB estaria tomando, em relação à definição da Mesa Diretora dos trabalhos desta Casa, logo mais para o próximo pleito, e, consequentemente, vai à Imprensa, faz uma afirmação e todo o Partido, todo o PMDB, incluindo os pares desta Casa, negam essa afirmação.

Então, é preciso, nobre deputado, a gente rever essa posição, porque processo judicial, quando assim mesmo tem sido colocado, está em curso, deixa de circular e deixa posicionar. E quero dizer que preocupações com Ministério Público, com questões ambientais ainda estão por vir. Então, nós não podemos estar aqui apenas descarregando pelas insatisfações, pelas indignações.

Quero reafirmar que a eleição do prefeito Caetano, em Camaçari, destacada

hoje como uma das eleições mais esperadas em todo o Estado da Bahia, foi mais do que justa, porque todas as pesquisas mostravam o resultado que lá se configurou, e, conseqüentemente, tentar dizer que foi uma eleição fraudada, quando o prefeito Luiz Carlos Caetano obtém um pouco mais de 70% dos votos válidos da eleição passada e que faz a maior Bancada de vereadores já feita no próprio município, não justifica estar buscando fatos isolados para tentar argumentar.

Por isso sei do compromisso do deputado, sei da preocupação, mas o deputado precisa pôr o pé no chão, reestruturar o seu mandato para conduzir, dentro de Camaçari, a política, porque o PMDB não merece estar passando, no município de Camaçari, por tal situação, pela representação política que o Partido sempre teve. E sei que foi uma opção política, mas que há necessidade de reparação, é preciso restaurar as ações políticas no município, e para garantir a ação da plena democracia nós precisamos sempre ter o PMDB como um Partido forte, atuando naquele município.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Ferreira Ottomar:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Jurandy Oliveira):- Com a palavra o nobre Líder da Maioria ou o Líder do PMDB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 9 minutos.

Com a palavra o nobre deputado Ferreira Ottomar, pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Ferreira Ottomar:- Sr. Presidente, eu pedi essa questão de ordem, porque gostaria de dizer ao nobre companheiro Bira que contra fatos não existem argumentos. Estou falando com o documento na mão para provar a todos os pares desta Casa.

Reconheço que V.Ex^a é do PT, o colégio eleitoral que V.Ex^a faz parte é Camaçari, mas estou falando de uma pessoa que não tem ética, nem lealdade, nem princípio. Estou falando com o documento na mão, apenas mostrei os documentos em meu gabinete, quando cheguei aqui, e posso provar o tamanho da fraude que houve em Camaçari. As dez empresas que financiaram uma parte da campanha do prefeito trabalham com a Prefeitura, e ele declarou na prestação de contas dele. Então, eu não estou inventando moda, eu só vou à Tribuna para falar a verdade, porque mentira o povo já cansou de ouvir.

O Sr. PRESIDENTE (Jurandy Oliveira):- Com a palavra o nobre Líder do Bloco Parlamentar PP/PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, permita-me a observação. V.Ex^a convocou o orador do PMDB e o deputado Ferreira Ottomar fez uma questão de ordem, entendeu?

O Sr. PRESIDENTE (Jurandy Oliveira):- Houve um equívoco, porque ele falou baixo, ele falou em questão de ordem, realmente.

Agora, volta o tempo do PMDB para o Líder da Maioria.

O Sr. Waldenor Pereira:- Indicamos a nossa companheira, deputada Fátima Nunes, para fazer uso da palavra durante 9 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Jurandy Oliveira):- Com a palavra a deputada Fátima Nunes, pelo tempo de 9 minutos.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, essas jovens taquígrafas, visitantes, trabalhadores da Saúde lutadores pelos seus direitos, amigos da imprensa, daqui a pouco estaremos votando projetos de lei das categorias da Saúde, dos analistas. E assim tem sido todo este período da convocação extraordinária, em que as categorias através dos seus representantes têm dialogado francamente com o governo, acompanhado aqui pelo nosso Líder Waldenor Pereira e também pela participação dos outros Líderes dos demais partidos que compõem a Bancada governista, de modo que a cada dia no qual se encerra uma sessão temos a satisfação de entregar `a Bahia mais um projeto aprovado que vai qualificando, melhorando, assegurando os direitos dos servidores públicos de diversas áreas.

Todos nós compreendemos que qualquer profissional trabalha muito melhor quando é motivado, quando está bem remunerado, enfim, quando a sua carreira também está em ascensão. Portanto, acompanhamos com atenção, recebemos no gabinete igualmente várias lideranças dos diversos segmentos dos servidores públicos e aprovamos todos eles porque nesta nossa história de país só conquistamos quando temos a coragem de nos unir e organizar a nossa pauta de reivindicações. E assim, no diálogo franco e sincero, vamos conquistando nossos direitos.

O trabalhador brasileiro nunca ganhou nada de graça, de oferta dos gráudos. Sempre neste País marcado por um Estado dominador, burguês, onde as leis foram feitas por um grande grupo, para eles e para os deles, as conquistas só foram possíveis à medida que nós acreditamos na organização, participação e no diálogo.

Eu digo isso porque por longas datas também tentei, junto com a nossa categoria de trabalhadores e professores rurais, vir a esta Casa tratar das questões, mas em épocas passadas não foi possível. Então agora temos esta alegria, esta satisfação de ver que estamos vivendo um tempo novo, um tempo bom de abertura, cidadania e afirmação da democracia tão sonhada que aos poucos é conquistada.

É claro que, se imaginarmos o tanto que temos de atraso dos nossos direitos e o tanto que queremos alcançar, percebemos que ainda precisamos caminhar bastante. Porém podemos dizer que já são saudáveis as conquistas que tivemos e estamos cada vez mais vendo no horizonte possibilidades de outras.

Era assim que queria saudar a todos na luta do pessoal da Saúde e de outras categorias que também estiveram aqui presentes. Certamente na semana que vem virão outras. Queria ainda aproveitar esta tarde para saudar e parabenizar os aposentados e pedir que incorporassem às notas taquigráficas um texto que poderíamos dizer que é um poema da Dr^a Magdalena Léa que escreveu o livro “Quem Tem Medo de Envelhecer?” E por que eu falo isso? Porque o dia 24 de janeiro é o Dia Nacional do Aposentado. E, segundo a escritora, nós enfrentamos nessa questão da aposentadoria alguma coisa que é curiosa e paradoxal, porque na medida em que votamos leis para que as pessoas se aposentem, muitas vezes aquele que se aposenta sente como se fosse o fim de um tempo, que os outros que estão mais jovens é que vão dar conta dos segmentos da vida, da organização, e que para nós o

tempo se encerra para aqueles que se aposentam.

Portanto é um texto muito importante e, talvez, por faltar apenas 3min e 26seg não dá para lermos todo como gostaríamos. Mas há um pequeno texto que eu gostaria de ler. Depois peço que o texto seja totalmente inserido no meu pronunciamento.

(Lê) “ *Se isto é assim, perguntamos por que se despede obrigatoriamente o porteiro, o ascensorista, o datilógrafo, o secretário, ou qualquer outro funcionário da empresa, e não se faz o mesmo com o chefe? Por que se supõe que, após os 65 anos, um homem não pode ser professor, mas pode ser Ministro da Educação? Não pode ser chefe de seção, mas pode ser chefe da Nação?* ” E ela descreve muita coisa e diz o seguinte: “Tudo isso é verdade”, mas é uma verdade lamentável. E na vida não basta se viver lamentando. Lamentar é desgaste de energia inútil e não resolve. Portanto é necessário que se continue usando as energias para construir nova situação, (lê) “*usufruir a vida até a última gota. Esta vida que lhe foi dada para ser vivida e não sofrida.*”

O medo da aposentadoria tem íntima ligação com o medo da velhice. Aposentado e velho são tidos como sinônimos. Daí o impacto.

Ao chegar à idade madura, o homem está se aposentando da mocidade e num suspiro sai: “Já não sou mais jovem...” No teatro da vida, já não é mais 'o mocinho'” já não posso ser mais aquele chefe da família que cuida de tudo porque os filhos já cresceram, muitas vezes já lhe dão um tchau e seguem para o trabalho e o deixam sozinho.

Então, para encerrar as palavras, eu queria dizer que isso nos chama a atenção como nós – filhos e jovens – devemos nos preocupar com a questão do envelhecimento para que as pessoas, ao envelhecer, tenham condição de viver com dignidade. Espera-se que a depressão não seja a última expressão de sua vida muitas vezes de luta, de muito trabalho e contribuição com a sociedade. Precisamos pensar que a lei já constituiu o Estatuto dos Idosos e é preciso que este estatuto, na prática, assegure condições de vida com dignidade para as pessoas da terceira idade.

Muito obrigada, Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Jurandy Oliveira):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Bloco Parlamentar PP/PRTB/PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de oito minutos.

A Sr^a Antônia Pedrosa:- Por todo o tempo, falarei eu, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Jurandy Oliveira):- Com a palavra a nobre representante da região Oeste e da nossa querida Barreiras, a deputada Antônia Pedrosa.

A Sr^a ANTÔNIA PEDROSA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiras deputadas, pessoal das galerias, pessoal do Sindsaúde, hoje eu não poderia deixar de vir a esta tribuna, Sr. Presidente, como membro titular da Comissão de Saúde e como presidente da Sub-comissão de Saúde desta Casa. Gostaria de dizer ao pessoal da galeria que estaria muito satisfeita hoje se estivéssemos para votar o projeto com as emendas propostas pelo Sindsaúde. Infelizmente, não foram acatadas todas as

emendas. Mas houve algum avanço no que diz respeito ao projeto original.

Quero agradecer ao Prof. Waldenor por ter adiado a votação para hoje mesmo que não tenhamos alcançado o que o Sindsaúde pretendia e o que merece os profissionais de saúde da Bahia. Quanto aos profissionais de saúde – isso eu digo como professora, deputada Marizete – que os profissionais de saúde são como os professores, ou seja, são missionários, verdadeiros missionários. É uma profissão e não é uma profissão técnica. Não é como a minha profissão de bancária. Paguei. Recebi bem. Fiz a contabilidade. Fechou. Pronto e acabou. Nós não levamos problema para casa.

O profissional de saúde não, ele é como o professor ou um missionário que leva os problemas para casa. O profissional de saúde leva o peso da educação e leva os problemas para a sua casa, porque, além de trabalhar com vidas humanas, ele ainda tem o sentimento de levar para a sua casa as dores daqueles que sofrem. (Palmas) Então, eu gostaria de parabenizar todos os profissionais de saúde.

Sou de uma família eminentemente com raiz na saúde, pois sempre trabalhou com a saúde, haja vista que a minha mãe foi uma verdadeira médica pé descalça, uma médica chinesa que nos criou com o livro orientado pelo médico do lar. E, hoje, em minha família, irmãos, cunhados, primos são voltados para esta área. Há vários médicos, cirurgiões, dentistas, pediatras, enfermeiras. Então, venho de uma família que tem o tronco muito ligado às suas raízes na saúde.

Então, eu gostaria de dizer que ontem eu pude participar das negociações. A presidente do Sindsaúde está de parabéns por representar tão bem a sua categoria. (Palmas) Eu dizia que, por incrível que pareça, são duas profissões mais abnegadas, mas são as mais sacrificadas, quais sejam, o pessoal da educação e o pessoal da saúde. Então, essas são as profissões mais mal pagas do país. Eu sei quanto ganha um médico, porque eu tenho o meu irmão, a minha cunhada, minhas primas que são médicos do Hospital do Estado. Eu sei o quanto custa, ou melhor, o quanto eles recebem.

Eu disse ontem, deputado Jurandy, que, naquela época, o secretário era o Dr. Zezito. Não quero manchar sua memória, mas houve uma grande greve dos profissionais da saúde e ele os ameaçou, enfermeiros e médicos, dizendo que se não acabassem com a greve iria mandá-los para Barreiras. Então, vejam só como era encarada a minha cidade. Ir para lá era castigo. Isso foi publicado pelo jornal *A Tarde*, e eu fiz uma moção de repúdio quando era presidente da Câmara Municipal.

Mas isso está mudando, já houve avanços, mas que foram pouco significativos. Gostaria de que aqui, hoje, estivesse sendo aprovada, por exemplo, a inclusão dos técnicos administrativos que trabalham na área da saúde ao Grupo Ocupacional Saúde, ao qual eles pertenciam em 1982 e foram retirados de uma maneira trágica e perversa. O que todos ganhavam era nivelado. Mas, quando no governo do Estado, Waldir Pires, não sei por quê, pois foi eleito como o governo da humanização, aplicou esse castigo nos técnicos administrativos.

Então, hoje, como disse o professor Waldenor, se essa reivindicação fosse aprovada haveria um efeito dominó. Porque se fosse aprovada para a saúde, e todos

merecem, ocorreria um efeito dominó, e teriam que ser niveladas todas as secretarias. Então, esse não vai ser aprovado aqui.

Também há outra, quem me mandou foi o Sindsaúde de Barreiras, e diz respeito ao parágrafo 1º do art. 19, esse é o calcanhar de Aquiles, que fala sobre a GID, que será acrescida de 30% do valor quando a jornada de trabalho for ampliada. Essa aqui também não foi negociada, não houve consenso.

A outra diz respeito à isonomia. Pelo menos essa foi aprovada. Eu queria também parabenizar a deputada Marizete e o professor Waldenor por terem incluso a emenda sobre o pessoal que trabalha na Regulação. Então, já é um passo, uma vez que já há uma portaria ministerial, já existe o precedente de que quem trabalha no atendimento domiciliar recebe os 150%. Então, é um problema administrativo.

Mas, Sr. Presidente, gostaria de que V.Ex^a me desse mais 1 minuto de tolerância para falar da nota sobre a canonização de Irmã Dulce que saiu no jornal de hoje. Eu quero dizer que, em 2003, apresentei um projeto de lei que cria o Prêmio Irmã Dulce para pessoas e entidades que se destaquem na área social. Eu e Dr^a Maria Rita Pontes temos lutado aqui desde 2003, professor Waldenor, por um simples projeto que cria o Prêmio Irmã Dulce para pessoas e entidades que se destaquem na área social. Esse projeto até hoje não foi votado.

Pedi ao deputado Marcelo Nilo e ele o incluiu na pauta desta convocação. Queria, professor Waldenor, meu Líder, sua atenção para dizer que estou pedindo para ser colocado em pauta o meu projeto que cria o *Prêmio Irmã Dulce*, para pessoas e entidades que se destacam na área social. Ele estava para ser votado agora, estava na pauta, mas, parece que foi retirado. Peço ao senhor a compreensão de votar esse prêmio, já que, como o senhor viu hoje nos jornais, é um projeto de 2003, e eu e a Dr^a Maria Rita Pontes temos lutado para que seja aprovado. Então, eu gostaria de pedir a sensibilidade do meu Líder, professor Waldenor, para pôr em pauta essa votação.

Mas quero dizer aos profissionais da área de saúde que lamento muito aquele prazo, tanto que pedi agora ao professor Waldenor para, como emenda de relator, tirar aquele problema de 2012, que só poderá vir a negociar em 2012. Isso aí, professor, o senhor me desculpe, concordei com tudo, mas isso aí é uma castração, é colocar uma mordaca, proibir os profissionais de saúde sentar à mesa de negociação todos os anos.

Meu presidente, muito obrigada pela sua tolerância. E quero dizer aos profissionais de saúde que lamentamos que o projeto não tenha sido acatado em todas as suas emendas, mas foi o que se pôde fazer.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Jurandy Oliveira):- Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou do Democratas para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Jurandy Oliveira):- Falará pelo tempo de 9 minutos o nobre deputado Heraldo Rocha.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, teleouvintes da *TV Assembleia*, radiouvintes da *Rádio Oposição*, os que acessam o nosso site www.heraldorocha.com.br, visitantes que nos honram com as suas presenças nesta sessão, particularmente os servidores da minha secretaria, da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia, da qual sou médico, porque estou deputado, mas médico eu sou.

Gostaria, Sr. Presidente, de que hoje o Exm^o Sr. Secretário da Saúde do Estado, que esteve aqui ontem, no cafezinho, estivesse hoje aqui para que ele nos dissesse que as emendas apresentadas pelo Sindsaúde deveriam ser acolhidas pela Bancada da base aliada, da Bancada do seu partido, o Partido dos Trabalhadores, mas hoje ele não está aqui. Por quê? Hoje é o dia em que o Exm^o Sr. Professor Jorge Solla deveria estar aqui, porque hoje está a grande maioria dos servidores que carregam a secretaria, que fazem a secretaria funcionar, que querem esse atendimento e que precisam ter uma resposta positiva. Não daqueles parlamentares que usaram o contracheque como instrumento de manobra. Estamos atravessando um momento importante nesta Casa, onde estamos negociando emenda por emenda. Há pouco fomos procurados pelos analistas técnicos, e resolvemos a situação. Numa audiência pública realizada aqui nesta Casa, a Exm^a Sr^a Presidente do Sindsaúde disse que a mesa de negociação não avançou, que não recebeu. Que mesa é essa, de negociação ou de enganação?

Sr. Presidente, vamos discutir hoje, vamos ver se podemos avançar, e sugiro aos servidores que reivindiquem os seus direitos, que analisem friamente, que, se não atendidas as suas reivindicações, peçam aos Líderes para não votarem este projeto, deixem para votar depois. (Palmas)

Hoje, outro assunto de que trato nesta tarde/noite é a respeito da situação da Sefaz. O *blog* Política Livre, do jornalista Raul Monteiro, denunciou ontem, graças a um discurso proferido nesta Casa pelo Vice-Líder da Oposição, o grande parlamentar, João Bacelar, a respeito do cancelamento de empenhos na ordem de mais de R\$200 milhões por parte da Secretaria da Fazenda.

O deputado Waldenor tentou explicar, mas não conseguiu, mesmo ele sendo economista, mesmo S. Ex^a sendo estatístico. O que ocorreu, é claro, é cristalino, é que a Secretaria da Fazenda perdeu o controle das contas públicas. E, aqui, existem vários servidores da área administrativa que sabem do que estou falando. Foram empenhados, e empenho é cheque ao portador, quando se empenha uma despesa, praticamente, é para pagamento daquela despesa...

E o que fez o nosso secretário? Maquiou as contas do Estado, pelo descontrole das contas do Estado com as metas fixadas com a União, o ajuste fiscal referente ao resultado. Mascarou o resultado, só que a Oposição e eu e o deputado Bacelar estamos preparando uma representação ao Tribunal de Contas do Estado para apurar essa situação.

Não bastam as informações do Sr. Secretário, bastante primárias, e do Sr. Superintendente da Sefaz. Estamos entrando com uma representação no Tribunal de Contas do Estado para que, imediatamente, faça uma auditoria nas contas do Estado e

estamos também entrando com uma representação no Ministério Público Estadual. E como também existem verbas de convênios que passam pela Secretaria da Fazenda, pelas contas do Estado, ao TCU e à CGU. Eles burlaram a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, vamos analisar, e a nossa assessoria já está procedendo a isso, a nossa, a da Liderança, a do deputado João Bacelar e a nossa pessoal e, se detectarmos, através do Tribunal de Contas do Estado, essa grave irregularidade, vamos solicitar uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar essa maquiagem feita pelo governo do Estado.

Contra fatos não há argumentos. A situação é grave. Como é que ficarão os fornecedores com o cancelamento desses empenhos? Como é que ficarão as obras contratadas pelo Estado? Se tem para estradas, escolas, enfim, todos os contratos firmados com o Estado com os fornecedores, como ficarão esses fornecedores? Ora, ainda diz o superintendente da Sefaz que ele vai pagar. Ora, vai pagar quando? Primeiro não é restos a pagar. Ele cancelou empenho. E só se empenha dentro do orçamento, não se empenha sem o orçamento. Se ele ultrapassou o limite do seu orçamento em R\$ 200 milhões, não tinha recurso no orçamento.

E o que diz a Lei de Responsabilidade Fiscal: *“Receitas primárias correspondem ao total das receitas orçamentárias deduzidas as operações de crédito, as provenientes de rendimentos de aplicações financeiras e retorno de operações de créditos (juros e amortizações), o recebimento de recursos oriundos de empréstimos concedidos e as receitas de privatizações. O resultado dessa operação será utilizado para o cálculo do resultado primário.”*

Portanto, eu quero dizer que foi muito boa. Vou concluir, Sr. Presidente, em respeito aos seus cabelos brancos, deputado Jurandy Oliveira, dizendo o seguinte: vamos apurar se há alguma irregularidade nesta operação. Se houver, vamos requerer uma CPI para colocar o Estado da Bahia no seu devido lugar.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Jurandy Oliveira):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou Líder do PT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falarei por 9 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Jurandy Oliveira):- Com a palavra o deputado Waldenor Pereira pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:-Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, eu quero me dirigir, especialmente, aos servidores da saúde aqui presentes, nós já anunciamos em outras oportunidade que o maior desafio do governo Jaques Wagner é implementar uma política de pessoal que seja capaz de motivar, de dar satisfação aos servidores públicos do Estado da Bahia na perspectiva de melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo nosso governo. Mas é importante de forma ponderada, de forma cuidadosa que o servidores possam avaliar o que representa uma

política de pessoal e compreender de forma precisa, determinada quem de fato é o responsável ou quais são os responsáveis pelos desmontes, pela destruição dos Planos de Cargos e Salários dos servidores públicos do Estado da Bahia.

Até o ano passado, Srs. Servidores, chegava a esta Casa um único projeto de lei para reajustar o salário dos servidores de forma linear. Adotava-se um percentual, levando-se em consideração a inflação do ano anterior, aplicava esse percentual de 5, 6, 7, 8% a todos os servidores de forma linear. O nosso governo reconhecendo que os salários dos servidores públicos da Bahia, nos últimos 16 anos anteriores, foram arrochados, foram aviltados, reconhecendo que os Planos de Cargos e Salários dos servidores públicos da Bahia foram destruídos, foram desmontados, resolveu negociar separadamente com cada categoria.

Vocês podem perceber que não estamos votando um único projeto. Nós estamos votando 9 projetos, envolvendo 25 diferente segmentos, porque às vezes um único projeto envolve cinco, seis segmentos de servidores públicos do Estado da Bahia, para tentar, desesperadamente, recuperar o que foi destruído. Nós estamos tentando resgatar, reestruturar as carreiras dos servidores públicos para dar dignidade, para motivar e dar satisfação, melhorar a qualidade dos serviços.

O nosso governo está tratando a questão com tal seriedade e honestidade que muitas vezes está provocando inquietação em muitas pessoas, especialmente nos deputados de Oposição. O nosso governo está tratando a questão de forma verdadeira, olho no olho, negociando, conversando, buscando entendimento. O que quero dizer com isso? Nós não vamos resolver, de uma vez só, os problemas que foram construídos ao longo de décadas. A destruição do plano de cargos e salários, o aviltamento, o arrocho salarial, não fomos nós quem provocamos. Nós estamos, pelo contrário, tentando recuperar, mas reconhecemos que entre a expectativa do servidor, de uma forma geral, e a capacidade do Estado de fato há uma grande distância.

O governo da Bahia não vai resolver, neste ano, de uma vez só o problema salarial e nem das carreiras dos servidores, mas nosso governo está dando um passo significativo, está dando passos largos na perspectiva de melhorar o salário e recuperar as carreiras dos servidores. Reconhecemos que algumas carreiras estão sendo, possivelmente, mais beneficiadas do que outras, que algumas carreiras têm determinadas peculiaridades, que a realidade de cada carreira é diferente. Portanto, estamos fazendo um esforço extraordinário para fechar acordos na perspectiva de recuperar carreiras e melhorar salários; tanto é que nós já assinamos acordos, firmamos, com a assinatura dos sindicatos e associações, com mais de 80% dos servidores públicos do Estado da Bahia.. Já aprovamos projeto da Defensoria Pública, da Polícia Civil, Polícia Militar, Educação e dos Gestores Públicos. Vamos aprovar

hoje, por acordo assinado e firmado com os analistas técnicos, com os professores universitários, com o grupo ocupacional de obras públicas. Portanto estamos avançando significativamente. Haveremos também de chegar a um entendimento, a um acordo com os companheiros e companheiras da Saúde.

Não adianta esse discurso que não colabora, que não ajuda o entendimento. Estamos aqui, colegas servidores, também sou servidor público, sou professor,

negociando emendas até a última hora. No dia de ontem, solicitei a suspensão da sessão por 15 minutos para negociar, ouvir os servidores. Jamais na história recente deste Parlamento tantas reuniões aconteceram. Este Parlamento voltou a ser o coração do processo democrático, porque aqui estamos debatendo, discutindo, avaliando, acolhendo dezenas de emendas. Num passado recente não se alterava uma vírgula, não se alterava um erro ortográfico, porque não se permitia alteração nos projetos. Temos a consciência de que não seremos capazes de resolver, definitivamente, as demandas, as perdas acumuladas pelos servidores da Bahia numa decisão única e unilateral, de uma só vez.

Mas temos a consciência e a convicção de que todas as categorias estão tendo ganhos, de grande relevância, de grande significação para alguns, e de menor significação para outros. Entretanto, todos os servidores públicos do Estado da Bahia estão sendo beneficiados com a política de pessoal adotada pelo governador Jaques Wagner.

Portanto, esperamos dos servidores da Saúde também a tolerância, a capacidade de diálogo, a capacidade de entendimento que estamos mantendo, como fizemos com todas as demais categorias.

Quero, na condição de Líder, chamar a atenção e responder ao desafio feito pelo meu respeitado colega deputado Heraldo Rocha. Se for necessário deixar o projeto para depois, deixamos, não há problema. (Palmas) Mas temos o compromisso, já firmado com a Oposição, de que o votaremos agora, na convocação extraordinária. Vamos votá-lo porque o governo Lula está antecipando o pagamento do salário mínimo e, se não aprovarmos os projetos agora, os servidores só serão remunerados no mês de março ou abril, provocando prejuízo para a maioria das categorias.

Mas estamos dialogando. Não está havendo autoritarismo, nem interceptação do diálogo. O sindicato da Saúde, neste momento, está em reunião na Governadoria. Esse é um fato inédito: no momento de debate e apreciação do projeto, o Sindsaúde, representado por Teresa Deiró, está na Governadoria neste momento, debatendo, discutindo e negociando até o último momento. Se for, naturalmente, por consenso e entendimento, votaremos o projeto ainda hoje. Se não for, negociaremos sua apreciação e votação na próxima terça-feira.

Todavia, não podemos deixar de destacar os avanços, os ganhos, os passos largos que o nosso governo, o governo Jaques Wagner, está dando para recuperar a dignidade do servidor público do Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Paulo Rangel:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Jurandy Oliveira):- Pela ordem o deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, pedi esta questão de ordem, como Líder, para anunciar um acontecimento, uma decisão política.

Mas antes disso, quero elogiar o nosso Líder Waldenor e o governo, porque

penso que na história da Bahia talvez nunca tenha acontecido algo como está acontecendo agora, que é esse diálogo, essa construção de um novo projeto do funcionalismo, que, tenho dito, tem sido trabalhado a 6 mãos: pelo Executivo, pela Casa Legislativa e, principalmente, pela sociedade civil organizada, a partir das associações.

O deputado Waldenor tem realizado um trabalho muito grande, tem-se destacado. É um deputado que tem dialogado, e isso é um exemplo de como se trabalha num Parlamento livre.

Mas, neste momento, quero dizer que nós, do Partido dos Trabalhadores, e falo como Líder, tomamos a decisão de que não vamos participar das eleições da UPB caso os ex-prefeitos votem. Aliás, não vamos boicotar as eleições; vamos orientar os prefeitos do PT a saírem da UPB e vamos trabalhar, inclusive, no esvaziamento dessa instituição porque ela passa a ser uma instituição totalmente artificial. Entendemos que a UPB é União das Prefeituras da Bahia, não é união de ex-prefeito da Bahia, não é união de prefeitos derrotados da Bahia, não é união de ex-combatentes de prefeituras. Mudar a regra do jogo da forma como está sendo mudada agora, acho que é um retrocesso da democracia do Estado. Temos que ter instituições fortes, representativas, e tenho certeza que o governo do Estado comunga com essa idéia.

Então os jornais inclusive colocaram nas suas manchetes de que boicotaríamos as eleições da UPB. Não vamos boicotar, não. Vamos sair da UPB. Até porque acho que essa entidade tem que se colocar de forma séria neste momento.

Quero, inclusive, relatar um fato de que o jornal *A Tarde* colocou que eu estava sendo contraditório quando apresentei uma emenda ao nosso Regimento em que as eleições para presidente e Mesa desta Casa seriam feitas a partir do painel eletrônico. Só que sou uma das pessoas que têm sensibilidade. A imprensa criticou, fez comparação, uma coisa não tem nada a ver com a outra, mas mesmo assim eu revi o meu pensamento: irei apresentar esse projeto para eleições futuras. O meu receio era que houvesse eleição aqui nesta Casa como a que foi denunciada pelo jornalista Samuel Celestino que disse que havia cédula marcada nesta Casa e diziam que haveria novamente. Como as eleições serão feitas com voto individualizado, não irei apresentar o projeto neste momento até para deixar bastante claro que o nosso Partido, a nossa Bancada não é casuísta, estou retirando o projeto, mas irei apresentá-lo novamente para eleições futuras, porque entendo que o voto eletrônico é mais seguro.

E queria fazer um apelo àqueles que entendem que não votar no nosso presidente Marcelo Nilo é um equívoco, é uma questão de princípio porque ele se candidata a uma reeleição, acho que deveriam rever o seu pensamento em relação à participação na UPB em que prefeitos mortos, derrotados, estarão votando.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Jurandy Oliveira):- Ordem do Dia.

O Sr. Euclides Fernandes:- Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Jurandy Oliveira):- Questão de ordem do nobre deputado Euclides.

O Sr. Euclides Fernandes:- Sr. Presidente, quero me solidarizar com o pensamento do nobre deputado Paulo Rangel. Evidentemente, o que foi feito no apagar das luzes deste ano na Assembléia mudando o Regimento Interno que comanda o funcionamento da Casa, sendo alterada a parte que diz respeito às eleições que serão realizadas agora no dia 28 de janeiro, de maneira que influi bastante no processo eleitoral para a escolha do novo dirigente da UPB. É excrescência. É verdadeiramente casuísmo, até porque, além dessa alteração feita em cima do processo eleitoral – que é um casuísmo –, a matéria que foi alterada merece a rejeição e o repúdio de todos, traz o direito do voto a ex-prefeitos, ser eleitor do processo eleitoral. Apoio-me no princípio do nobre deputado do DEM, Heraldo Rocha, quando ele foi à tribuna e condenou o casuísmo, ele acreditava que era, na leitura dele, a mudança do jogo na eleição da presidência da Assembleia Legislativa.

É um verdadeiro casuísmo, uma excrescência a mudança do jogo, e o que é pior, o conteúdo da mudança, que traz o direito de voto para os ex-prefeitos, que não são mais detentores da legitimidade da representação do município. Portanto, não caberia dar-lhes a condição de direito de participar do processo eleitoral na escolha do novo dirigente da UPB. Verdadeiramente, foi uma excrescência essa mudança. Concorro plenamente com o pensamento do Líder do PT Paulo Rangel, no sentido de não comungar com esse casuísmo, essa excrescência, não legitimar com o PT participando do processo eleitoral no dia 28 de janeiro.

A UPB é muito importante, Sr. Presidente. Ela congrega os municípios do Estado da Bahia. É através dela que se fortalece o municipalismo. É através da UPB e de entidades como essa, nos outros Estados da Federação brasileira, que ocorre a defesa do municipalismo, a defesa dos municípios, e para importantes causas é levantada a bandeira.

Temos agora, Sr. Presidente, a reforma tributária que está tramitando no Congresso Nacional. É preciso entidades municipalistas, como a UPB, fortes para defender os interesses dos municípios brasileiros. A reforma tributária, sabemos que 75% do bolo econômico arrecadado pelo Estado brasileiro vai para a União, 15% para os Estados e 10% para os municípios, e essas entidades representativas dos municípios vão para Brasília, para o Congresso Nacional defender uma melhoria no que diz respeito à distribuição dos tributos do pacto federativo.

Sr. Presidente quero deixar meu protesto veemente contra esse casuísmo que foi praticado na UPB e me solidarizar com o Líder do PT Paulo Rangel, que iniciou esse movimento de protesto contra essas mudanças que foram processadas com o objetivo de levar o partidarismo para a UPB, trazendo de volta os ex-prefeitos para participarem do processo eleitoral de 28 de janeiro.

Agradeço a paciência de V.Ex^a que me permitiu que eu me alongasse mais do que o tempo previsto pelo Regimento Interno.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Jurandy Oliveira):- Ordem do Dia.

(O deputado Marcelo Nilo ocupa a presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há um requerimento assinado pelo Líder Waldenor Pereira nos seguintes termos:

(Lê) *“Requeiro, nos termos do Artigo 89, Parágrafo Único do Regimento Interno, a prorrogação da presente Sessão, pelo tempo de 300 minutos, com o objetivo de apreciar as matéria constantes da Ordem do Dia.”*

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Srs. Deputados, vou suspender a sessão pelo tempo de dez minutos, tendo em vista que está faltando a assinatura do Líder para que possamos votar o primeiro projeto. Está suspensa a sessão por dez minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Declaro reaberta a sessão.

Quero consultar os Srs. Líderes para ver o que vamos fazer. Está faltando a assinatura do Líder do PR/PRTB, se tiver a assinatura do Vice-Líder, eu aceito. O deputado Ivo pode assinar, já que está acordado.

Requerimento.

(Lê) *“Os Líderes dos Blocos da Maioria e Minoria Parlamentar, o Líder do Bloco Parlamentar PP/PRP, bem como o Líder do Bloco PR/PRTB, com assento nesta Casa, vêm requerer a V.Ex^a a dispensa de todas as formalidades regimentais para que seja apreciado de logo o Projeto de Lei nº 17.728/2008, de autoria do Poder Executivo, que reestrutura o Grupo Ocupacional Obras Públicas, criado pela Lei nº 8.889, de 01 de dezembro de 2003, e dá outras providências.”*

Defiro o requerimento.

Em discussão única e votação o projeto de lei do Poder Executivo nº 17.728/2008, que reestrutura o Grupo Ocupacional Obras Públicas, criado pela Lei nº 8.889, de 01 de dezembro de 2003, e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 17.728/2008

**Reestrutura o Grupo Ocupacional Obras Públicas,
criado pela Lei nº 8.889, de 01 de dezembro de 2003, e dá
outras providências.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º- Fica reestruturado o Grupo Ocupacional Obras Públicas, criado pela Lei nº 8.889, de 01 de dezembro de 2003, bem como o seu Plano de Carreira e Remuneração, conforme disposto nesta Lei.

Art. 2º - São funções inerentes ao Grupo Ocupacional Obras Públicas o planejamento, o acompanhamento e o controle relacionados às atividades e aos serviços públicos nos setores de infra-estrutura, inclusive transportes, de desenvolvimento urbano e de edificações públicas.

Art. 3º - O Grupo Ocupacional Obras Públicas é composto pelas seguintes carreiras:

I - Especialista em Obras Públicas com escolaridade de nível superior, constituída de 12 (doze) classes, integradas pelos quantitativos de cargos de igual nomenclatura, conforme disposto no Anexo I desta Lei;

II - Técnico em Obras Públicas com escolaridade de nível médio, constituída de 09 (nove) classes, integradas pelos quantitativos de cargos de igual nomenclatura, conforme disposto no Anexo I desta Lei.

Parágrafo único - A Classe 1 será composta pelo quantitativo de cargos disposto no Anexo I desta Lei.

Art. 4º - Os cargos das carreiras de que trata esta Lei terão as seguintes atribuições:

I - Especialista em Obras Públicas - realização de atividades especializadas referentes a planejamento, implantação, manutenção, assistência técnica, fiscalização e controle nas áreas de infra-estrutura, inclusive transportes, de desenvolvimento urbano e de edificações públicas, bem como desenvolvimento e implementação de projetos nestas áreas, compreendendo a realização de estudos, pesquisas, levantamentos e análise de dados, gerência de contratos e de projetos, coordenação de equipes de trabalho e de programas que envolvam projetos e ações de obras públicas.

II - Técnico em Obras Públicas - execução de atividades de apoio técnico especializado de menor complexidade nas áreas de infra-estrutura, inclusive transportes, de desenvolvimento urbano e de edificações públicas, compreendendo o levantamento, organização e sistematização de dados e informações, bem como atividades de controle e acompanhamento da execução de projetos, supervisão e fiscalização de serviços de terceiros e outras atividades de natureza técnico-operacional, voltadas para serviços de campo.

Art. 5º - A jornada de trabalho dos integrantes das carreiras reestruturadas por esta Lei é de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 6º- O ingresso nas carreiras dar-se-á na Classe 1, exigindo-se para a carreira de Especialista em Obras Públicas aprovação em concurso público de provas e títulos, e para a carreira de Técnico em Obras Públicas aprovação em concurso público de provas, observada a titulação e habilitação exigidas para as atividades a serem exercidas, conforme a necessidade do serviço.

§ 1º - Para o ingresso na carreira de Especialista em Obras Públicas, o nível mínimo de escolaridade é o superior, nas áreas de Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Sanitária e ou Ambiental, Engenharia Mecânica, Arquitetura, Urbanismo, Agrimensura ou Geologia.

§ 2º - Para o ingresso na carreira de Técnico em Obras Públicas, o nível de escolaridade é o médio de natureza técnico-profissionalizante, nas áreas de Agrimensura, Estradas, Hidrologia, Edificações, Saneamento, Eletromecânica, Telecomunicações, Geodésia e Cartografia, Desenho de Construção Civil ou Carpintaria.

§ 3º - O Edital do concurso definirá o número de cargos a serem providos, conforme a especificidade da função e observará a disponibilidade orçamentária e o interesse da Administração Pública.

CAPÍTULO II DO DESENVOLVIMENTO NAS CARREIRAS

Art. 7º - O desenvolvimento nas carreiras dar-se-á, exclusivamente, por meio de promoção, de uma classe para a imediatamente seguinte, mediante o atendimento aos critérios da Avaliação do Desempenho Funcional e do Programa de Formação e Aperfeiçoamento Continuado.

§ 1º - O regulamento estabelecerá a forma e o procedimento de promoção, bem como os critérios de Avaliação do Desempenho Funcional e de participação no Programa de Formação e Aperfeiçoamento Continuado.

§ 2º - A Avaliação do Desempenho Funcional poderá compreender, dentre outros, fatores relacionados a projetos e atividades prioritárias, condições especiais de trabalho e características específicas da carreira.

§ 3º - Nos processos de promoção, o quantitativo de cargos a serem providos será definido mediante a aplicação dos percentuais previstos no Anexo II desta Lei sobre o número de cargos ocupados na classe imediatamente anterior à pleiteada, no órgão de lotação.

§ 4º - O resultado da aplicação do percentual previsto no parágrafo terceiro deste artigo deve ser arredondado para o número inteiro imediatamente superior.

§ 5º - É requisito básico para promoção à classe imediatamente seguinte o interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício das atribuições do cargo na classe, exceto para a promoção à Classe 2, cujo interstício mínimo será de 36 (trinta e seis) meses na classe 1.

§ 6º - Observado o disposto neste artigo e as diretrizes procedentes da Secretaria da Administração - SAEB, os órgãos e entidades de lotação do servidor divulgarão anualmente o número de cargos em cada classe, a serem providos mediante promoção.

§ 7º - á ser instituído pelo órgão ou entidade de vinculação do servidor Programa de Formação e Aperfeiçoamento continuado para o desenvolvimento das carreiras do Grupo Ocupacional Obras Públicas.

Art. 8º - Ao servidor que esteja ocupando cargo em comissão, função gratificada ou equivalente, nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual fica assegurada a sua participação no processo de promoção, na forma do regulamento.

Art. 9º - Após a investidura na classe inicial da carreira o servidor deverá participar de Curso de Formação, integrante do Programa de Formação e Aperfeiçoamento Continuado, sendo a conclusão com aproveitamento requisito obrigatório para a aprovação no estágio probatório.

CAPÍTULO III DOS VENCIMENTOS E VANTAGENS

Art. 10 - Os vencimentos básicos dos cargos das carreiras do Grupo Ocupacional Obras Públicas são os constantes do Anexo III desta Lei.

Parágrafo único - Os valores definidos no Anexo III desta Lei estarão sujeitos à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos estaduais que ocorrerem a partir de 1º de fevereiro de 2009.

Art. 11- A Gratificação de Qualificação em Obras Públicas GQOP, privativa dos ocupantes dos cargos das carreiras do Grupo Ocupacional Obras Públicas, passa a ser calculada sobre o vencimento básico do cargo nos seguintes percentuais:

I - 125% (cento e vinte e cinco por cento) para as classes 1 a 6 da carreira de Especialista em Obras Públicas;

II - 150% (cento e cinquenta por cento) para as classes 7 a 12 da carreira de Especialista em Obras Públicas;

III - 100% (cem por cento) para as classes 1 a 5 da carreira de Técnico em Obras Públicas;

IV - 110% (cento e cinquenta por cento) para as classes 6 a 9 da carreira de Técnico em Obras Públicas.

§ 1º- Fica garantida a percepção da Gratificação de Qualificação em Obras Públicas GQOP aos servidores ocupantes dos cargos das carreiras de Especialista em Obras Públicas e Técnico em Obras Públicas, quando da ocorrência de movimentação destes entre os órgãos ou entidades de lotação das referidas carreiras, conforme disposto no Anexo I desta Lei.

§ 2º- O servidor integrante do Grupo Ocupacional Obras Públicas terá assegurado o direito à percepção da gratificação nas seguintes hipóteses de afastamento, a ser paga no mesmo valor percebido no mês anterior ao do afastamento:

I - licença prêmio, desde que a vantagem esteja sendo percebida ininterruptamente há mais de seis meses;

II - exercício de mandato eletivo em diretoria de entidade sindical representativa da categoria dos servidores públicos do Estado;

III - nas demais hipóteses previstas nos artigos 113 e 118, incisos III, VII e XI, alíneas a, b, c e d da Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994.

§ 3º- A gratificação será paga conjuntamente com os vencimentos e demais vantagens do cargo e não servirá de base para cálculo de qualquer outra vantagem, integrando a remuneração apenas para os efeitos de cálculo das seguintes parcelas:

I - remuneração de férias;

II - abono pecuniário, resultante da conversão de parte das férias;

III - gratificação natalina.

§ 4º-A gratificação do Grupo Ocupacional Obras Públicas é incompatível com as seguintes vantagens:

I - Gratificação pelo Exercício Funcional em Regime Integral e Dedicção Exclusiva - RTI;

II - Gratificação por Condições Especiais de Trabalho - CET;

III - Gratificação pela Execução de Serviços do Programa de Transportes - GET;

IV - Gratificação Especial por Produtividade - GEP;

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Serviços Públicos e de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Designo o deputado João Carlos Bacelar para relatar a matéria.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar para relatar a matéria.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR:- (Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle ao projeto de lei nº 17.728/2008, de autoria do Poder Executivo, o qual 'reestrutura o Grupo Ocupacional Obras Públicas, criado pela Lei nº 8.889, de 01 de dezembro de 2003, e dá outras providências'.*

Encaminha, à apreciação da Assembleia Legislativa, o Exmº Sr. Governador, a proposição que ora passo a relatar, destinada a promover a reestruturação do Grupo Ocupacional Obras Públicas.

Esse Grupo Ocupacional tem por funções 'o planejamento, o acompanhamento e o controle relacionados às atividades e aos serviços públicos nos setores de infraestrutura, inclusive transportes, de desenvolvimento urbano e de edificações públicas', conforme registra o art. 2º do projeto.

Já as carreiras que integram o referido Grupo estão fixadas no art. 3º, a saber: I - Especialista em Obras Públicas, com escolaridade de nível superior; constituída de 12 classes, que tem entre suas principais atribuições a realização de atividades especializadas referentes a planejamento, implantação, manutenção,

assistência técnica, fiscalização e controle nas áreas de infraestrutura, inclusive transportes, de desenvolvimento urbano e de edificações públicas, bem como de desenvolvimento e implementação de projetos nessas áreas; II – Técnico em Obras Públicas, com escolaridade de nível médio, constituída de 9 classes, tendo como principais funções a execução de atividades de apoio técnico especializado de menor complexidade nas referidas áreas. Ambas as carreiras têm seus quantitativos de cargos fixados no Anexo I do projeto, distribuídos pelas Secretarias de Infra-Estrutura e de Desenvolvimento Urbano, pelo Departamento de Infra-Estrutura de Transportes da Bahia – DERBA e pela Superintendência de Construções Administrativas da Bahia – SUCAB.

A proposição cuida ainda de estabelecer as regras para o desenvolvimento das carreiras, exclusivamente por meio de promoção, de uma classe para a imediatamente seguinte, atendidos os critérios de avaliação e desempenho funcional e do Programa de Formação e Aperfeiçoamento Continuado, fixando também os vencimentos e as vantagens inerentes aos cargos e os critérios para enquadramento nas diversas classes.

Trata-se, portanto, de matéria de grande interesse desta importante categoria de servidores públicos, devendo receber o pleno apoio dos Srs. Parlamentares desta Casa.

O projeto não recebeu emendas. Opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.”

Sala das sessões, 21 de janeiro de 2009

É o parecer, s.m.j.

Deputado João Carlos Bacelar - Relator

Quero agradecer ao Sr. Presidente por ter-me designado relator desta matéria, porque tenho, além do compromisso como homem público, como deputado, relações familiares muito estreitas com diversos integrantes desse segmento, especialmente os rodoviários do Derba.

Gostaria também, de chamar a atenção desta Casa para o papel que a Oposição tem desempenhado. O governo mandou uma série de projetos que interessam porque estruturam a carreira pública na Bahia, que tem contado com o apoio da Oposição, exigindo sempre que para esses projetos tenha-se o consenso e o apoio da categoria.

O projeto não recebeu emendas, opino pela sua aprovação na forma originalmente encaminhada pelo Sr. Governador do Estado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado à unanimidade o parecer do nobre relator.

Em votação o projeto de lei 17.728/2008, que estrutura o grupo ocupacional de Obras Públicas, criado pela lei no 8.889, de 01 de dezembro de 2003, e dá outras providências. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado à unanimidade o projeto. Irá para o Sr. Governador sancionar.

Há um requerimento sobre a Mesa: (lê)” Exmo Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia.

Os Líderes dos Blocos da Maioria e Minoria Parlamentar, o Líder do Bloco Parlamentar PP/PRP, bem como o Líder do Bloco Parlamentar PR/PRTB, com assento nesta Casa, vêm requerer a V.Ex^a. A dispensa de todas as formalidades regimentais, para que seja apreciado de logo o Projeto de Lei nº 17.762/2009, de autoria do Poder Executivo, que altera a estrutura remuneratória das carreiras de Analista e Técnico de Infra-Estrutura de Transportes, de Analista e Técnico de Registro do Comércio, de Analista e Técnico de Radiodifusão, Médico Veterinário, Médico Assistente de Serviço Social, Assistente Social, Assistente de Serviço de Saúde, Enfermeiro, Técnico Auxiliar em Nutrição e Dietética, Nutricionista, Odontólogo, Psicólogo e Terapeuta Ocupacional, do Grupo Ocupacional Técnico-Específico, bem como da carreira de Jornalista e das carreiras do Grupo Ocupacional Técnico Administrativo, e dá outras providências.”

Defiro o requerimento.

Tendo em vista que faltam os pareceres da Comissão de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviços Públicos, Finanças e Orçamento, Fiscalização e Controle.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo a deputada Maria Luiza Laudano para relatar a matéria.

A Sr^a MARIA LUIZA LAUDANO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, honra-me nesta tarde de hoje relatar este projeto tão importante para todos os funcionários que aqui se encontram apreensivos e sem dúvida alguma, digo a vocês, confiem nestes deputados que estão integrados a apoiar todas as reivindicações que venham do governo em benefício de todos vocês, funcionários. (lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 17.762/2009, de autoria do Poder Executivo, o qual “Altera a estrutura remuneratória das carreiras de Analista e Técnico de Infra-Estrutura de Transportes, Analista e Técnico de Registro do Comércio, Analista e Técnico de Radiodifusão, Médico Veterinário, Médico, Assistente de Serviço Social, Assistente Social, Assistente de Serviço de Saúde, Enfermeiro, Técnico Auxiliar em Nutrição e Dietética, Nutricionista, Odontólogo, Psicólogo e Terapeuta Ocupacional, do Grupo Ocupacional Técnico-Específico, bem como da carreira de Jornalista e das carreiras do Grupo Ocupacional Técnico-Administrativo, e dá outras providências.”*

A proposição que ora venho relatar, de autoria do Poder Executivo, destina-se “a alterar a estrutura remuneratória das carreiras dos Grupos Ocupacionais Técnico-Administrativo e Técnico-Específico e de Jornalistas, realizando o adequado enquadramento de servidores dos níveis superior e médio”, conforme registra o Sr. Governador em sua Mensagem, onde ressalta ainda que a proposta contempla, “entre outras providências, a transformação do Prêmio por Desempenho Fazendário – PDF, percebidos pelos servidores do Grupo Ocupacional Técnico-Administrativo lotados e em exercício na SEFAZ, em Gratificação de Apoio ao Desempenho

Fazendário – GDF, com o objetivo de harmonizar esta situação com a do Grupo Ocupacional Fisco, que incorporou o PDF aos seus vencimentos.”

O projeto também prevê “a incorporação de valores de Gratificação por Condições Especiais de Trabalho – CET, de Gratificação pela Execução de Serviços do Programa de Edificações Públicas do Estado da Bahia – GEP, ou de Gratificação pela Execução de Serviços do Programa de Transportes – GET aos vencimentos básicos dos cargos das carreiras de Auxiliar Administrativo e Técnico Administrativo, do Grupo Ocupacional Técnico-Administrativo; de Técnico em Infra-Estrutura de Transportes, Técnico Auxiliar de Nutrição e Dietética, Assistente de Serviço Social e Assistente de Serviço de Saúde das Carreiras Técnicas Específicas da Fundação da Criança e do Adolescente – Fundac, de Técnico em Radiodifusão e de Técnico Universitário, Grupo Ocupacional Técnico-Específico”, ainda segundo a Mensagem Governamental. Além disso, a proposta prevê a incorporação da Gratificação Estímulo às Atividades Acadêmicas aos vencimentos dos servidores da carreira do Magistério Superior.”

O projeto não recebeu emendas, tendo possibilitada a sua aprovação nesta a sessão em virtude de Acordo de Lideranças, que na sua celebração levou em conta o acordo celebrado entre a Administração e a categoria. No entanto, objetivando promover ajustes no seu texto, apresento, na condição de Relator, as seguintes emendas:

Emenda de Relator nº 1:

O parágrafo único do art. 9º do Projeto de Lei nº 17.762/2009 fica transformado em § 5º do mesmo artigo, ao qual são incluídos os §§ 1º, 2º, 3º e 4º, com a seguinte redação.

'Art. 9º

§ 1º - Aos servidores do Grupo Ocupacional Técnico-Administrativo lotados e em exercício na Secretaria da Fazenda que, na data de vigência desta Lei, estejam percebendo honorários pela cobrança da dívida ativa tributária será devida a Gratificação de Apoio ao Desempenho Fazendário – GDF, mensalmente, no valor correspondente à metade do último que seria atribuído, a título de Prêmio por Desempenho Fazendário – PDF, caso tivessem optado pela percepção do Prêmio, observando para o cálculo o disposto no artigo 2º da Lei nº 7.800, de 13 de fevereiro de 2001.

§ 2º - Para efeito de incorporação aos proventos de aposentadoria, somam-se indistintamente os períodos de percepção da Gratificação de Apoio ao Desempenho Fazendário – GDF e dos honorários pela cobrança da dívida ativa tributária.

§ 3º - Os servidores do Grupo Ocupacional Técnico-Administrativo lotados na Secretaria da Fazenda – SEFAZ que se encontrarem à disposição, cedidos ou servindo em outros Órgãos da Administração Pública na data de início da vigência desta Lei, quando retornarem ao Órgão de Origem farão jus à Gratificação de Apoio ao Desempenho Fazendário – GDF, no percentual equivalente ao atribuído ao servidor em exercício na SEFAZ ocupante de cargo efetivo de iguais carreira e classe.

§ 4º - Para a concessão da Gratificação de Apoio ao Desempenho Fazendário – GDF, o valor resultante da aplicação do disposto neste artigo será transformado em percentual do vencimento percebido pelo servidor.

Justificativa: Os servidores que percebiam cumulativamente os honorários pela cobrança da dívida ativa tributária e o Prêmio por Desempenho Fazendário, a partir da publicação da Lei Complementar n. 25 de 30 de março de 2006, tiveram que optar pela percepção de apenas uma das vantagens, em face da vedação introduzida pelo referido diploma legal. Com a transformação do Prêmio em Gratificação, os servidores que optaram pela percepção de honorários não seriam contemplados pela aludida gratificação, criando uma distorção remuneratória entre servidores da mesma carreira, cuja isonomia deve ser perseguida.

O § 1º introduzido ao art. 9º objetiva exatamente restabelecer o tratamento isonômico entre servidores da mesma carreira, ao prever a mesma gratificação, no mesmo patamar que seria devido a todos os servidores indistintamente.

O § 2º visa salvaguardar o direito daqueles servidores à incorporação dos honorários aos proventos da aposentadoria, tendo em vista que sobre os valores percebidos incidiu contribuição previdenciária, além da expectativa de direito existente, haja vista que os honorários foram percebidos por lapso temporal dilatado, gerando a segurança de sua incorporação aos proventos em face da legislação vigente.

O § 3º tem como objetivo preservar a remuneração do servidor, salvaguardando-o de possíveis perdas por ocasião de seu retorno ao órgão de origem e, ainda, concedendo-lhe tratamento isonômico em relação aos que exercem suas atividades na Secretaria da Fazenda.

O § 4º visa garantir a vinculação dos reajustes de vencimento à gratificação, preservando a relação de equivalência entre estes.

Emenda de Relator nº 2:

Acresça-se, ao artigo 11 do Projeto de Lei nº 17.762/2009, o inciso VIII, com a seguinte redação:

“Art. 11 ...

.....

VIII – honorários pela cobrança da dívida ativa tributária.

Justificativa: O Prêmio de Desempenho Fazendário – PDF, instituído pela Lei nº 7.800/2001, é incompatível com a percepção de honorários pela cobrança da dívida ativa tributária, vedação introduzida pelo art. 3º da Lei Complementar nº 25/2006, portanto, a Gratificação de Apoio ao Desempenho Fazendário - GDF, criada em substituição ao PDF, não pode ser percebida cumulativamente com os aludidos honorários, em consonância com o regramento anterior.

Ante o exposto, opino pela aprovação da proposição ora relatada com as alterações decorrentes das Emendas de Relator.

É o parecer, s.m.j.

Sala das sessões, 21 de janeiro de 2009.

Deputada Maria Luiza Dias Laudano.

Deputada Estadual.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer da nobre deputada Maria Luiza Laudano.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

Em discussão única e votação o projeto de lei nº 17.762/2009, de procedência do Poder Executivo. Em votação no Plenário.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 17.762/2009

Altera a estrutura remuneratória das carreiras de Analista e Técnico de Infra-Estrutura de Transportes, de Analista e Técnico de Registro do Comércio, de Analista e Técnico de Radiodifusão, Médico Veterinário, Médico, Assistente de Serviço Social, Assistente Social, Assistente de Serviço de Saúde, Enfermeiro, Técnico Auxiliar em Nutrição e Dietética, Nutricionista, Odontólogo, Psicólogo e Terapeuta Ocupacional, do Grupo Ocupacional Técnico-Específico, bem como da carreira de Jornalista e das carreiras do Grupo Ocupacional Técnico Administrativo, e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

DECRETA:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Os valores dos vencimentos básicos e da Gratificação por Competência dos cargos de que trata esta Lei, a partir de 1º de outubro de 2009, 1º de outubro de 2010 e 1º de outubro de 2011, passam a ser os constantes do Anexo I desta Lei e estarão sujeitos à revisão geral da remuneração dos servidores públicos estaduais que ocorram nos exercícios de 2009, 2010 e 2011.

CAPÍTULO II DO DESENVOLVIMENTO NAS CARREIRAS

Art. 2º - O desenvolvimento do servidor nas carreiras de Analista de Infra-Estrutura de Transportes, Analista de Registro do Comércio, Analista de Radiodifusão, Médico Veterinário, Médico, Assistente Social, Enfermeiro, Nutricionista, Odontólogo, Psicólogo e Terapeuta Ocupacional do Grupo Ocupacional Técnico-Específico, de Analista Técnico e de Jornalista ocorrerá por progressão e por promoção.

Art. 3º - A passagem do servidor para o nível imediatamente seguinte ao ocupado, dentro de uma mesma classe, dar-se-á por progressão, de acordo com a pontuação obtida em razão dos seguintes fatores:

I - exercício de funções de confiança, cargos em comissão ou coordenação de equipe ou unidade;

II - tempo de efetivo exercício no cargo permanente;

III - produção técnica ou acadêmica na área específica de exercício do servidor.

§ 1º - É requisito para a progressão o cumprimento de interstício mínimo de 12 (doze) meses de efetivo exercício em cada nível.

§2º - A progressão poderá estar sujeita a processo seletivo em função da disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 4º - A passagem do servidor da classe ocupada para a classe imediatamente seguinte dar-se-á por promoção, de acordo com os seguintes fatores:

I - avaliação de desempenho;

II - frequência e aproveitamento em atividades de capacitação;

III - realização de atividades prioritárias, condições especiais de trabalho e características específicas da carreira.

§ 1º - Para a promoção nas carreiras mencionadas no *caput* do art. 2º desta Lei é necessário que o servidor esteja posicionado no último nível de gratificação da classe ocupada.

§ 2º - É requisito básico para promoção o cumprimento de interstício mínimo de 36 (trinta e seis) meses de efetivo exercício nas classes I e II e de 54 (cinquenta e quatro) meses nas classes III e IV.

Art. 5º - O desenvolvimento do servidor nas carreiras de Auxiliar Administrativo e Técnico-Administrativo do Grupo Ocupacional Técnico-Administrativo, de Técnico em Infra-Estrutura de Transportes, Técnico em Registro do Comércio, Técnico em Radiodifusão, Técnico Auxiliar de Nutrição e Dietética, Assistente de Serviço Social e Assistente de Serviço de Saúde do Grupo Ocupacional Técnico-Específico ocorrerá por promoção, baseada na pontuação obtida em razão dos seguintes fatores:

I - avaliação de desempenho;

II - frequência e aproveitamento em atividades de capacitação;

III - realização de atividades prioritárias, condições especiais de trabalho e características específicas da carreira.

§ 1º - É requisito básico para a promoção do servidor na carreira de Auxiliar Administrativo o cumprimento de interstício mínimo de 36 (trinta e seis) meses de efetivo exercício na classe I.

§ 2º - É requisito básico para promoção dos servidores nas demais carreiras de que trata o *caput* deste art o cumprimento de interstício mínimo de 36 (trinta e seis) meses de efetivo exercício na classe I, e 54 (cinquenta e quatro) meses nas classes II e III.

Art. 6º - Os órgãos e entidades de lotação do servidor divulgarão, anualmente, o número de cargos das carreiras dos Grupos Ocupacionais Técnico-Administrativo e Técnico-Específico a serem providos mediante promoção.

Art. 7º - O regulamento estabelecerá o sistema de pontuação dos critérios definidos nos artigos 3º, 4º e 5º desta Lei, bem como os requisitos de participação em processo seletivo e os procedimentos exigidos para o desenvolvimento nas carreiras.

Art. 8º - Deverá ser instituído pelo órgão ou entidade de lotação do servidor, observadas as diretrizes definidas pela Secretaria da Administração, Programa de Formação e Aperfeiçoamento Continuado para o desenvolvimento nas carreiras dos Grupos Ocupacionais Técnico-Administrativo e Técnico-Específico.

CAPÍTULO III

DOS VENCIMENTOS E VANTAGENS

Art. 9º - O Prêmio por Desempenho Fazendário – PDF percebido na

data de vigência desta Lei pelos servidores do Grupo Ocupacional Técnico-Administrativo lotados e em exercício na Secretaria da Fazenda fica transformado em Gratificação de Apoio ao Desempenho Fazendário – GDF, atribuída, mensalmente, no valor correspondente à metade do último percebido a título do referido Prêmio.

§ 1º - Aos servidores do Grupo Ocupacional Técnico-Administrativo lotados e em exercício na Secretaria da Fazenda que, na data de vigência desta lei, estejam percebendo honorários pela cobrança da dívida ativa tributária será devida a Gratificação de Apoio ao Desempenho Fazendário - GDF, mensalmente, no valor correspondente à metade do último que seria atribuído, a título de Prêmio por Desempenho Fazendário – PDF, caso tivessem optado pela percepção do Prêmio, observando para o cálculo o disposto no artigo 2º da Lei nº 7.800, de 13 de fevereiro de 2001.

§ 2º - Para efeito de incorporação aos proventos de aposentadoria, somam-se indistintamente os períodos de percepção da Gratificação de Apoio ao Desempenho Fazendário - GDF e dos honorários pela cobrança da dívida ativa tributária.

§ 3º - Os servidores do Grupo Ocupacional Técnico-Administrativo lotados na Secretaria da Fazenda - SEFAZ que se encontrarem à disposição, cedidos ou servindo em outros órgãos da Administração Pública na data de início da vigência desta Lei, quando retornarem ao Órgão de origem farão jus à Gratificação de Apoio ao Desempenho Fazendário - GDF, no percentual equivalente ao atribuído ao servidor em exercício na SEFAZ ocupante de cargo efetivo de iguais carreira e classe.

§ 4º - Para a concessão da Gratificação de Apoio ao Desempenho Fazendário - GDF, o valor resultante da aplicação do disposto neste artigo será transformado em percentual do vencimento percebido pelo servidor.

§ 5º - A gratificação somente será concedida quando o servidor estiver em efetivo exercício do cargo, salvo nos seguintes afastamentos, hipótese em que será atribuída no mesmo valor percebido no mês anterior ao do afastamento:

I - licença prêmio, desde que a gratificação esteja sendo percebida ininterruptamente há mais de seis meses;

II - exercício de mandato eletivo em diretoria de entidade sindical representativa da categoria dos servidores públicos do Estado da Bahia;

III - nas demais hipóteses previstas nos artigos 113 e 118, incisos III, VII e XI, alíneas “a”, “b”, “c” e “e” da Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994.

Art. 10 - A Gratificação de Apoio ao Desempenho Fazendário – GDF será paga juntamente com o vencimento e demais vantagens do cargo e não servirá de base para cálculo de qualquer outra vantagem, integrando a remuneração apenas para os efeitos de cálculo das seguintes parcelas:

I - remuneração de férias;

II - abono pecuniário, resultante da conversão de parte das férias;

III - gratificação natalina.

Art. 11 - A Gratificação de Apoio ao Desempenho Fazendário – GDF é incompatível com as seguintes vantagens:

I - Gratificação pelo Exercício Funcional em Regime Integral e Dedicação Exclusiva;

II - Prêmio por Desempenho Fazendário;

III - Gratificação pela Execução de Serviços do Programa de Transportes;

IV - Gratificação Especial por Produtividade;

V - Gratificação de Incentivo à Melhoria da Qualidade da Assistência Médica;

VI - Gratificação por Serviços Extraordinários;

VII - Gratificação pela Execução de Serviços do Programa de Edificações Públicas do Estado da Bahia;

VIII - honorários pela cobrança da dívida ativa tributária.

CAPÍTULO IV **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 12 - Os servidores ocupantes das carreiras de Analista de Infra-Estrutura de Transportes, Analista de Registro do Comércio, Analista de Radiodifusão, Médico Veterinário, Médico, Assistente Social, Enfermeiro, Nutricionista, Odontólogo, Psicólogo e Terapeuta Ocupacional do Grupo Ocupacional Técnico-Específico, de Analista Técnico e de Jornalista ficam enquadrados, sucessivamente, da seguinte forma:

I - em 1º de fevereiro de 2009, serão enquadrados na classe subsequente à ocupada, desde que tenham cumprido o interstício mínimo previsto no §2º do artigo 4º desta Lei, mantida a Gratificação por Competência – GPC no mesmo nível atribuído ao servidor na data de início de vigência desta Lei.

II - em 1º de setembro de 2009, serão enquadrados de acordo com as seguintes situações:

a) no nível 2 da classe que esteja ocupando, se estiver no nível 1 e possuir pós-graduação com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas;

b) no nível 3 da classe que esteja ocupando, se estiver no nível 1 e possuir título de mestre ou doutor;

c) no nível 3 da classe que esteja ocupando, se estiver no nível 2 e possuir pós-graduação com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas;

d) no nível 1 da classe subsequente, se estiver no nível 2 e possuir título de mestre ou doutor;

e) no nível 1 da classe subsequente, se estiver no nível 3 e possuir pós-graduação com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas;

f) no nível 2 da classe subsequente, se estiver no nível 3 e possuir título de mestre ou doutor.

Parágrafo único - Os títulos de que trata o inciso II deste artigo devem ser reconhecidos pelo Ministério da Educação – MEC, concluídos em área relacionada às atribuições do cargo e não podem ter sido computados nos processos de progressão ou promoção realizados anteriormente, comprovados com o diploma ou certificado de conclusão do curso.

Art. 13 - Após os enquadramentos de que trata o artigo anterior, o Poder Executivo estabelecerá a quantidade de cargos das classes das carreiras de Analista de Infra-Estrutura de Transportes, Analista de Registro do Comércio, Analista de Radiodifusão, Médico Veterinário, Médico, Assistente Social, Enfermeiro, Nutricionista, Odontólogo, Psicólogo e Terapeuta Ocupacional do Grupo Ocupacional Técnico-Específico, de Analista Técnico e de Jornalista.

Art. 14 - Os vencimentos básicos dos cargos das carreiras de Auxiliar Administrativo e Técnico Administrativo, do Grupo Ocupacional Técnico-Administrativo; de Técnico em Registro de Comércio, Técnico em Infra-Estrutura de Transportes, Técnico em Radiodifusão, Técnico Auxiliar de Nutrição e Dietética, Assistente de Serviço Social e Assistente de Serviço de Saúde, do Grupo Ocupacional Técnico-Específico passam a ser os constantes do Anexo II desta Lei.

§ 1º - O valor correspondente à diferença entre o vencimento básico previsto no Anexo II desta Lei e o atualmente percebido pelos ocupantes dos cargos das carreiras de que trata o *caput* deste artigo será subtraído do valor recebido a título de Gratificação por Condições Especiais de Trabalho – CET, de Gratificação pela Execução de Serviços do Programa de Edificações Públicas do Estado da Bahia – GEP, ou de Gratificação pela Execução de Serviços do Programa de Transportes – GET, conforme o caso.

§ 2º - Ficam alterados os valores da Gratificação pela Execução de Serviços do Programa de Edificações Públicas do Estado da Bahia – GEP e da Gratificação pela Execução de Serviços do Programa de Transportes – GET, na forma do Anexo II desta Lei.

§ 3º - O Conselho de Política de Recursos Humanos – COPE expedirá ato declaratório dos novos percentuais da Gratificação por Condições Especiais de Trabalho – CET, que resultarão da aplicação do disposto no § 1º deste artigo.

Art. 15 - Os vencimentos dos cargos da carreira do Magistério Superior do Estado da Bahia passam a ser os constantes do Anexo III desta Lei.

Art. 16 - A Gratificação de Estímulo às Atividades Acadêmicas – GEAA, atribuída aos ocupantes dos cargos da carreira do Magistério Superior do Estado da Bahia e calculada sobre o vencimento básico, fica estabelecida na forma que segue:

I - 6,9% (seis vírgula nove por cento), a partir de 01 de fevereiro de 2009;

II - em 01 de janeiro de 2010 fica extinta a Gratificação.

Parágrafo único - Ficam incorporados ao vencimento básico dos cargos da carreira do Magistério Superior do Estado da Bahia a diferença entre os valores correspondentes ao percentual da Gratificação de Estímulo às Atividades Acadêmicas – GEAA devidos no mês imediatamente anterior aos mencionados nos incisos I e II do *caput* deste artigo e os fixados nos referidos incisos, conforme Anexo IV desta Lei.

Art. 17 - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta dos recursos orçamentários próprios, ficando o Poder Executivo Estadual autorizado a promover as alterações que se fizerem necessárias.

Art. 18 - Esta Lei entrará em vigor em 1º de fevereiro de 2009, inclusive os decorrentes do enquadramento previsto no art. 12 desta Lei, produzindo efeitos financeiros nas datas indicadas nas tabelas que compõem os seus Anexos.

Art. 19 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 21.01.2009

Deputada Maria Luiza Laudano
Relatora

ANEXO I

GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Analista Técnico

Tabela de Vencimentos (em R\$)

Vigência a partir de 01/10/2009

Tabela de Vencimentos

Classe	Vencimento (R\$)
I	676,15
II	792,16
III	950,58
IV	1.140,69
V	1.402,06

Gratificação por Competência – GPC

Vigência a partir de 01/10/2009

Regime - 30 horas

Classe	Nível		
	1	2	3
I	493,95	622,66	765,52
II	770,17	942,03	1.132,79
III	1.166,87	1.378,60	1.611,52

IV	1.677,62	1.959,45	2.269,47
V	2.440,15	2.824,38	3.247,03

Gratificação por Competência – GPC
Vigência a partir de 01/10/2009

Regime - 40 horas			
Classe	Nível		
	1	2	3
I	883,93	1.055,55	1.246,02
II	1.290,90	1.520,04	1.774,37
III	1.872,59	2.154,91	2.496,51
IV	2.651,11	3.030,29	3.447,37
V	3.767,34	4.284,27	4.852,89

Analista Técnico
Tabela de Vencimentos (em R\$)
Vigência a partir de 01/10/2010

Tabela de Vencimentos	
Classe	Vencimento (R\$)
I	738,22
II	864,88
III	1.037,84
IV	1.245,41
V	1.530,77

Gratificação por Competência – GPC
Vigência a partir de 01/10/2010

Regime - 30 horas			
Classe	Nível		
	1	2	3
I	539,30	679,82	835,79
II	840,87	1.028,51	1.236,78
III	1.273,98	1.505,16	1.759,45
IV	1.831,63	2.139,33	2.477,81
V	2.664,16	3.083,66	3.545,10

Gratificação por Competência – GPC
Vigência a partir de 01/10/2010

Regime - 40 horas			
Classe	Nível		
	1	2	3
I	965,08	1.152,45	1.360,40
II	1.409,40	1.659,58	1.937,26
III	2.044,50	2.352,74	2.725,69
IV	2.894,48	3.308,47	3.763,84
V	4.113,18	4.677,57	5.298,39

Analista Técnico
Tabela de Vencimentos (em R\$)
Vigência a partir de 01/10/2011

Tabela de vencimentos	
Classe	Vencimento (R\$)
I	798,38
II	935,37
III	1.122,42
IV	1.346,91
V	1.655,53

Gratificação por Competência – GPC
Vigência a partir de 01/10/2011

Regime - 30 horas			
Classe	Nível		
	1	2	3
I	583,25	735,23	903,91
II	909,41	1.112,33	1.337,58
III	1.377,81	1.627,83	1.902,85
IV	1.980,91	2.313,68	2.679,75
V	2.881,29	3.334,98	3.834,03

Gratificação por Competência – GPC
Vigência a partir de 01/10/2011

Regime - 40 horas			
Classe	Nível		
	1	2	3
I	1.043,73	1.246,37	1.471,28
II	1.524,27	1.794,84	2.095,14
III	2.211,12	2.544,48	2.947,84
IV	3.130,38	3.578,11	4.070,59
V	4.448,41	5.058,79	5.730,21

GRUPO OCUPACIONAL COMUNICAÇÃO SOCIAL**Jornalista****Tabela de Vencimentos (em R\$)****Vigência a partir de 01/10/2009****Tabela de Vencimentos**

Classe	Vencimento (R\$)
I	676,15
II	792,16
III	950,58
IV	1.140,69
V	1.402,06

Gratificação por Competência – GPC**Vigência a partir de 01/10/2009****Regime - 25 horas**

Classe	Nível		
	1	2	3
I	493,95	622,66	765,52
II	770,17	942,03	1.132,79
III	1.166,87	1.378,60	1.611,52
IV	1.677,62	1.959,45	2.269,47
V	2.440,15	2.824,38	3.247,03

Gratificação por Competência – GPC**Vigência a partir de 01/10/2009****Regime - 35 horas**

Classe	Nível		
	1	2	3
I	883,93	1.055,55	1.246,02
II	1.290,90	1.520,04	1.774,37
III	1.872,59	2.154,91	2.496,51
IV	2.651,11	3.030,29	3.447,37
V	3.767,34	4.284,27	4.852,89

Jornalista
Tabela de Vencimentos (em R\$)
Vigência a partir de 01/10/2010

Tabela de Vencimentos	
Classe	Vencimento (R\$)
I	738,22
II	864,88
III	1.037,84
IV	1.245,41
V	1.530,77

Gratificação por Competência – GPC
Vigência a partir de 01/10/2010

Regime - 25 horas			
Classe	Nível		
	1	2	3
I	539,30	679,82	835,79
II	840,87	1.028,51	1.236,78
III	1.273,98	1.505,16	1.759,45
IV	1.831,63	2.139,33	2.477,81
V	2.664,16	3.083,66	3.545,10

Gratificação por Competência – GPC
Vigência a partir de 01/10/2010

Regime - 35 horas			
Classe	Nível		
	1	2	3
I	965,08	1.152,45	1.360,40
II	1.409,40	1.659,58	1.937,26
III	2.044,50	2.352,74	2.725,69
IV	2.894,48	3.308,47	3.763,84
V	4.113,18	4.677,57	5.298,39

Jornalista
Tabela de Vencimentos (em R\$)
Vigência a partir de 01/10/2011

Tabela de Vencimentos	
Classe	Vencimento (R\$)
I	798,38
II	935,37
III	1.122,42
IV	1.346,91
V	1.655,53

Gratificação por Competência – GPC
Vigência a partir de 01/10/2011

Regime - 25 horas			
Classe	Nível		
	1	2	3
I	583,25	735,23	903,91
II	909,41	1.112,33	1.337,58
III	1.377,81	1.627,83	1.902,85
IV	1.980,91	2.313,68	2.679,75
V	2.881,29	3.334,98	3.834,03

Gratificação por Competência – GPC
Vigência a partir de 01/10/2011

Regime - 35 horas			
Classe	Nível		
	1	2	3
I	1.043,73	1.246,37	1.471,28
II	1.524,27	1.794,84	2.095,14
III	2.211,12	2.544,48	2.947,84
IV	3.130,38	3.578,11	4.070,59
V	4.448,41	5.058,79	5.730,21

GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO-ESPECÍFICO

Analista de Infra-Estrutura de Transportes, Analista de Registro do Comércio, Analista de Radiodifusão, Médico Veterinário, Médico, Assistente Social, Enfermeiro, Nutricionista, Odontólogo, Psicólogo e Terapeuta Ocupacional

Tabela de Vencimentos (em R\$)

Vigência a partir de 01/10/2009

Tabela de Vencimentos

Classe	Vencimento (R\$)
I	676,15
II	792,16
III	950,58
IV	1.140,69
V	1.402,06

Gratificação por Competência – GPC

Vigência a partir de 01/10/2009

Regime - 30 horas

Classe	Nível		
	1	2	3
I	493,95	622,66	765,52
II	770,17	942,03	1.132,79
III	1.166,87	1.378,60	1.611,52
IV	1.677,62	1.959,45	2.269,47
V	2.440,15	2.824,38	3.247,03

Gratificação por Competência – GPC

Vigência a partir de 01/10/2009

Regime - 40 horas

Classe	Nível		
	1	2	3
I	883,93	1.055,55	1.246,02
II	1.290,90	1.520,04	1.774,37
III	1.872,59	2.154,91	2.496,51
IV	2.651,11	3.030,29	3.447,37
V	3.767,34	4.284,27	4.852,89

Analista de Infra-Estrutura de Transportes, Analista de Registro do Comércio, Analista de Radiodifusão, Médico Veterinário, Médico, Assistente Social, Enfermeiro, Nutricionista, Odontólogo, Psicólogo e Terapeuta Ocupacional

Tabela de Vencimentos (em R\$)
Vigência a partir de 01/10/2010

Tabela de Vencimentos	
Classe	Vencimento (R\$)
I	738,22
II	864,88
III	1.037,84
IV	1.245,41
V	1.530,77

Gratificação por Competência – GPC
Vigência a partir de 01/10/2010

Regime - 30 horas			
Classe	Nível		
	1	2	3
I	539,30	679,82	835,79
II	840,87	1.028,51	1.236,78
III	1.273,98	1.505,16	1.759,45
IV	1.831,63	2.139,33	2.477,81
V	2.664,16	3.083,66	3.545,10

Gratificação por Competência – GPC
Vigência a partir de 01/10/2010

Regime - 40 horas			
Classe	Nível		
	1	2	3
I	965,08	1.152,45	1.360,40
II	1.409,40	1.659,58	1.937,26
III	2.044,50	2.352,74	2.725,69
IV	2.894,48	3.308,47	3.763,84
V	4.113,18	4.677,57	5.298,39

Analista de Infra-Estrutura de Transportes, Analista de Registro do Comércio, Analista de Radiodifusão, Médico Veterinário, Médico, Assistente Social, Enfermeiro, Nutricionista, Odontólogo, Psicólogo e Terapeuta Ocupacional

**Tabela de Vencimentos (em R\$)
Vigência a partir de 01/10/2011**

Tabela de Vencimentos	
Classe	Vencimento (R\$)
I	798,38
II	935,37
III	1.122,42
IV	1.346,91
V	1.655,53

**Gratificação por Competência – GPC
Vigência a partir de 01/10/2011**

Regime - 30 horas			
Classe	Nível		
	1	2	3
I	583,25	735,23	903,91
II	909,41	1.112,33	1.337,58
III	1.377,81	1.627,83	1.902,85
IV	1.980,91	2.313,68	2.679,75
V	2.881,29	3.334,98	3.834,03

**Gratificação por Competência – GPC
Vigência a partir de 01/10/2011**

Regime - 40 horas			
Classe	Nível		
	1	2	3
I	1.043,73	1.246,37	1.471,28
II	1.524,27	1.794,84	2.095,14
III	2.211,12	2.544,48	2.947,84
IV	3.130,38	3.578,11	4.070,59
V	4.448,41	5.058,79	5.730,21

ANEXO II

GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Tabela de Vencimentos (em R\$)

Vigência a partir de 01/02/2009

Auxiliar Administrativo

CLASSE	VENCIMENTO
I	443,72
II	465,92

Técnico Administrativo

CLASSE	VENCIMENTO
I	448,76
II	488,73
III	500,91
IV	538,14

GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO ESPECÍFICO

Tabela de Vencimentos (em R\$)

Vigência a partir de 01/02/2009

CARGO	CLASSE	VENCIMENTO
TÉCNICO EM INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES	I	448,76
	II	488,73
	III	500,91
	IV	538,14

Gratificação pela Execução de Serviços do Programa de Edificações Públicas

do Estado da Bahia (GEP – SUCAB)

Vigência a partir de 01/02/2009

Gratificação Execução de Programa de (GET – Vigência a	GEP (em R\$)			pela Serviços do Transportes DERBA) partir de
	NÍVEL	I	II	
	1	372,55	456,27	557,78
	2	835,62	1.011,94	1.223,88

01/02/2009

GEP (em R\$)			
NÍVEL	I	II	III
1	372,55	456,27	557,78
2	835,62	1.011,94	1.223,88

ANEXO III

MAGISTÉRIO PÚBLICO DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DA BAHIA

NÍVEL A

Regime de 20 Horas Vigência a partir de 01/01/2009

CARGO	VENCIMENTO
PROFESSOR AUXILIAR	539,35
PROFESSOR ASSISTENTE	625,67
PROFESSOR ADJUNTO	725,75
PROFESSOR TITULAR	856,37
PROFESSOR PLENO	1.010,53

Regime de 40 Horas Vigência a partir de 01/01/2009

CARGO	VENCIMENTO
PROFESSOR AUXILIAR	1.078,70
PROFESSOR ASSISTENTE	1.251,34
PROFESSOR ADJUNTO	1.451,49
PROFESSOR TITULAR	1.712,75
PROFESSOR PLENO	2.021,06

Regime de Dedicação Exclusiva Vigência a partir de 01/01/2009

CARGO	VENCIMENTO
PROFESSOR AUXILIAR	1.618,05
PROFESSOR ASSISTENTE	1.877,01
PROFESSOR ADJUNTO	2.177,24
PROFESSOR TITULAR	2.569,12
PROFESSOR PLENO	3.031,59

MAGISTÉRIO PÚBLICO DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DA BAHIA NÍVEL B

Regime de 20 Horas Vigência a partir de 01/02/2009

CARGO	VENCIMENTO
PROFESSOR AUXILIAR	582,51
PROFESSOR ASSISTENTE	675,70
PROFESSOR ADJUNTO	783,79
PROFESSOR TITULAR	924,88

Regime de 40 Horas
Vigência a partir de 01/02/2009

CARGO	VENCIMENTO
PROFESSOR AUXILIAR	1.165,02
PROFESSOR ASSISTENTE	1.351,41
PROFESSOR ADJUNTO	1.567,58
PROFESSOR TITULAR	1.849,75

Regime de Dedicação Exclusiva
Vigência a partir de 01/02/2009

CARGO	VENCIMENTO
PROFESSOR AUXILIAR	1.747,53
PROFESSOR ASSISTENTE	2.027,11
PROFESSOR ADJUNTO	2.351,37
PROFESSOR TITULAR	2.774,63

ANEXO IV

MAGISTÉRIO PÚBLICO DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DA BAHIA NÍVEL A

Regime de 20 Horas
Vigência a partir de 01/02/2009

CARGO	VENCIMENTO
PROFESSOR AUXILIAR	598,68
PROFESSOR ASSISTENTE	694,49

PROFESSOR ADJUNTO	805,58
PROFESSOR TITULAR	950,57
PROFESSOR PLENO	1.121,69

Regime de 40 Horas
Vigência a partir de 01/02/2009

CARGO	VENCIMENTO
PROFESSOR AUXILIAR	1.197,36
PROFESSOR ASSISTENTE	1.388,99
PROFESSOR ADJUNTO	1.611,16
PROFESSOR TITULAR	1.901,15
PROFESSOR PLENO	2.243,38

Regime de Dedicação Exclusiva
Vigência a partir de 01/02/2009

CARGO	VENCIMENTO
PROFESSOR AUXILIAR	1.796,04
PROFESSOR ASSISTENTE	2.083,48
PROFESSOR ADJUNTO	2.416,73
PROFESSOR TITULAR	2.851,72
PROFESSOR PLENO	3.365,07

MAGISTÉRIO PÚBLICO DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DA BAHIA
NÍVEL B

Regime de 20 Horas
Vigência a partir de 01/02/2009

CARGO	VENCIMENTO
PROFESSOR AUXILIAR	646,59
PROFESSOR ASSISTENTE	750,03
PROFESSOR ADJUNTO	870,01
PROFESSOR TITULAR	1.026,61

Regime de 40 Horas
Vigência a partir de 01/02/2009

CARGO	VENCIMENTO
PROFESSOR AUXILIAR	1.293,17
PROFESSOR ASSISTENTE	1.500,06
PROFESSOR ADJUNTO	1.740,01
PROFESSOR TITULAR	2.053,23

Regime de Dedicação Exclusiva
Vigência a partir de 01/02/2009

CARGO	VENCIMENTO
PROFESSOR AUXILIAR	1.939,76
PROFESSOR ASSISTENTE	2.250,09
PROFESSOR ADJUNTO	2.610,02
PROFESSOR TITULAR	3.079,84

MAGISTÉRIO PÚBLICO DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DA BAHIA
NÍVEL A

Regime de 20 Horas
Vigência a partir de 01/01/2010

CARGO	VENCIMENTO
PROFESSOR AUXILIAR	639,99
PROFESSOR ASSISTENTE	742,41
PROFESSOR ADJUNTO	861,16
PROFESSOR TITULAR	1.016,16
PROFESSOR PLENO	1.199,09

Regime de 40 Horas
Vigência a partir de 01/01/2010

CARGO	VENCIMENTO
--------------	-------------------

PROFESSOR AUXILIAR	1.279,98
PROFESSOR ASSISTENTE	1.484,83
PROFESSOR ADJUNTO	1.722,32
PROFESSOR TITULAR	2.032,33
PROFESSOR PLENO	2.398,17

Regime de Dedicação Exclusiva
Vigência a partir de 01/01/2010

CARGO	VENCIMENTO
PROFESSOR AUXILIAR	1.919,97
PROFESSOR ASSISTENTE	2.227,24
PROFESSOR ADJUNTO	2.583,49
PROFESSOR TITULAR	3.048,49
PROFESSOR PLENO	3.597,26

MAGISTÉRIO PÚBLICO DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO ESTADO DA BAHIA
NÍVEL B

Regime de 20 Horas
Vigência a partir de 01/01/2010

CARGO	VENCIMENTO
PROFESSOR AUXILIAR	691,20
PROFESSOR ASSISTENTE	801,78
PROFESSOR ADJUNTO	930,04
PROFESSOR TITULAR	1.097,45

Regime de 40 Horas
Vigência a partir de 01/01/2010

CARGO	VENCIMENTO
PROFESSOR AUXILIAR	1.382,40
PROFESSOR ASSISTENTE	1.603,57
PROFESSOR ADJUNTO	1.860,07
PROFESSOR TITULAR	2.194,90

Regime de Dedicação Exclusiva
Vigência a partir de 01/01/2010

CARGO	VENCIMENTO
PROFESSOR AUXILIAR	2.073,61
PROFESSOR ASSISTENTE	2.405,35
PROFESSOR ADJUNTO	2.790,11
PROFESSOR TITULAR	3.292,35

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):-Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado por unanimidade.

Há um requerimento assinado por todos os Líderes partidários, que requerem a dispensa de todas as formalidades regimentais para que seja apreciado de logo o Projeto de Lei nº 1.978/2009, de autoria do deputado Paulo Câmara e outros senhores deputados e que dá nova redação ao art. 4ª da Resolução nº 1.193, de 17 de janeiro de 1985.

Defiro o requerimento

O Sr. Paulo Azi:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado. Pela ordem o deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente eu quero deixar registrado, primeiro, que não tenho absolutamente nada contra o mérito do projeto, do qual V.Exª, neste momento, leu o requerimento. Agora, continuo com meu entendimento de que esta Casa pode estar votando algo inconstitucional.

Eu tenho sérias dúvidas quanto ao poder que tem a Presidência de aditar a pauta da convocação extraordinária. A Constituição é muito clara quando explicita que, para haver convocação extraordinária, tem que existir pauta específica. Portanto, se o presidente ou o governador, ou a maioria dos deputados podem aditar a pauta, não precisa ter pauta específica. Esse é o meu entendimento.

Não tenho absolutamente nada contra o projeto que vai ser apreciado, mas entendo que esta Casa pode, neste momento, estar votando algo eivado de inconstitucionalidade.

Gostaria de deixar o registro nos anais desta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Fica registrado, mas a Presidência discorda, inclusive o deputado Gaban já aditou, o deputado Antonio Honorato, ex-presidente, salvo engano, o governador Paulo Souto, quando foi governador, aditou e V.Exª foi líder de Paulo Souto, salvo engano.

O Sr. Paulo Azi:- Quero registrar que fui líder por 2 anos...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, o governador Paulo Souto foi governador por 8 anos. Inclusive, para mim é até secundário, porque se o Presidente pode fazer uma convocação, é óbvio que ele pode aditar. No meio jurídico, quem pode mais pode menos. Se o Presidente pode convocar, imagine aditar, deputado.

O Sr. Paulo Azi:- Eu acho, também, que não é nenhum absurdo, Sr. Presidente. O que acho é que a Constituição diz isso. Não estou aqui dizendo que é certo, que é justo ou injusto. Estou apenas me atendo à questão jurídica da coisa, que é dito pela Constituição.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não. Deputado, está aqui um ofício de S.Ex^a, o Sr. Governador Paulo Souto, aditando a pauta. Apenas para ratificar o funcionamento.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, se ele aditou a pauta e na época ninguém fez o registro, o problema é de quem não fez. Estou entendendo que estamos correndo o risco de estar votando algo eivado de inconstitucionalidade. Era esse o registro que gostaria de fazer.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Fica registrado o posicionamento de V.Ex^a.

Designo o deputado J. Carlos para relatar a matéria. Quero registrar que esta matéria foi fruto de acordo político dos seus líderes partidários e dos prováveis candidatos a Mesa Diretora da Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo o deputado J. Carlos para relatar a matéria, no âmbito das Comissões Conjuntas, Comissão de Constituição e Justiça e Comissão Diretora da Mesa.

O Sr. J. CARLOS:- Sr. Presidente, o projeto ora aqui é apreciado é legal, é constitucional. Por isso, meu parecer é favorável pela aprovação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação, no âmbito das Comissões. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como se encontram. (pausa). Aprovado, contra o voto do deputado Paulo Azi.

Projeto de Resolução número 1.978/09, do deputado Paulo Câmara e de outros Srs. Deputados. Em votação no âmbito do plenário. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como se encontram. (pausa). Aprovado a unanimidade. (Publicado no Diário Oficial nº 19.897 de 21 de janeiro de 2009)

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, o deputado Líder do governo, Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, queria dar conhecimento aos parlamentares a também aos servidores da saúde que se encontram aqui presentes que, até o momento, a Secretaria de Administração, a Secretaria de Relações Institucionais e os sindicatos envolvidos, especialmente o Sindaúde envolvido na discussão a respeito do projeto do Grupo Ocupacional Saúde, encontram-se reunidos

na Governadoria, em busca do entendimento.

Então, considerando que a reunião se estendeu até o momento e ainda não conseguimos concluir pelo acatamento ou não acolhimento das emendas apresentadas, queria comunicar a todos que vamos então incluir o projeto na próxima terça-feira, para permitir que o mais amplo entendimento, o mais amplo diálogo possa existir entre o governo e a categoria da saúde, assim como temos feito com os demais projetos envolvendo as demais categorias.

Todavia, queria chamar a atenção que na terça-feira colocaremos o projeto para apreciação e votação. Portanto, vamos ao exercício do mais amplo diálogo até a terça-feira, dia 27 para apreciarmos, votarmos e aprovarmos o projeto da Saúde.

Obrigado, Sr. Presidente. Esta era a nossa questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, tendo em vista que não há mais matéria na ordem do dia, gostaria de parabenizar todos os 60 Srs. Parlamentares presentes neste plenário.

Já votamos 19 projetos na convocação extraordinária. Portanto estamos cada vez mais convencido de que a convocação extraordinária foi correta, justa. São 19 projetos votados aqui e todos por acordo político entre os Líderes partidários.

Parabéns, Srs. Parlamentares.

Está encerrada a sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*